



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA USINA PAREDÃO
ORIENTE (SP)**

RAFAEL GIOVANETTI TEIXEIRA

Foz do Iguaçu
2017

**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)
CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA USINA PAREDÃO
ORIENTE (SP)**

RAFAEL GIOVANETTI TEIXEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

Orientadora: Profa. Doutora Juliana Biondi Guanais

Foz do Iguaçu
2017

RAFAEL GIOVANETTI TEIXEIRA

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO NA USINA PAREDÃO
ORIENTE (SP)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Profa. Doutora Juliana Biondi Guanais
UNILA

Profa. Doutora Senilde Alcântara Guanaes
UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho a toda minha família e principalmente aos meus avós, Julia Pesini Giovanetti, Amadeu Giovanetti, Décio Teixeira, Ernestina Reis Teixeira.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a todos e todas que contribuíram de alguma forma para que essa monografia acontecesse, aos entrevistados e entrevistadas ex-moradores/as e ex-trabalhadores/as da Usina Paredão, que me receberam muito amavelmente em suas casas para tratar desse tema que lhes é tão sensível, que trata de suas vidas, de suas histórias.

Agradeço à minha mãe Ângela Cecília Giovanetti Teixeira, mulher gigante, batalhadora e amiga, com uma história incrível, que me inspira e ensina a cada dia a ser uma pessoa cada vez melhor, amável e trabalhadora, a não desistir, a sonhar e a sempre estar disposta a ajudar ao próximo para construir um mundo melhor, te amo.

Ao meu pai Paulo Teixeira, que admiro desde sempre, que me ensina e mostra os detalhes da vida, que me provou que não há tempo para começar o novo, se graduando em arquitetura aos 50, te amo.

Aos meus irmãos Daniel Giovanetti Teixeira e Gabriel Giovanetti Teixeira que mesmo sendo mais novos me ensinam muito sobre tudo, são de uma inteligência incrível, carinhosos e queridos, amo vocês.

À vó Júlia, matriarca forte e sensível que nos acompanha e nos inspira, te amo, vó.

Agradeço à Vitoria Mazzoccante Morgado, amor, companheira que me acompanhou nessa jornada e me ajudou em todos os sentidos, me ensinando coisas novas a cada dia e me inspirando a ser uma pessoa melhor. Que aturou minhas crises de perto e me ajudou a superá-las. Sem você não conseguiria, te amo.

À minha queridíssima orientadora e amiga a Professora Doutora Juliana Biondi Guanais. Muito obrigado por aceitar me orientar, por me ajudar e por me incentivar. Obrigado pelo carinho, pela atenção e pelos incentivos. Te admiro muito.

A todos meus amigos e amigas que fiz durante essa jornada, estudantes, técnicos, professores/as e trabalhadores/as desta Unila, que tive a honra de acompanhar nestes quatro anos de estudos e principalmente de luta para manter e construir nossa universidade, momentos que me foram muito especiais e

queridos, que já me deixam saudades. Deixo aqui não um adeus, mas um até logo, um muito obrigado.

Agradeço enormemente à Universidade Federal da Integração Latino-Americana que me permitiu tamanha vivência. Que me permitiu estudar com pessoas de toda *Nuestra América*, de constituir uma sala de aula tão diversa, com exemplos e práticas vivas e próximas dos conteúdos ensinados, de me possibilitar conteúdos e bibliografias avançadíssimas e recentes nos debates da atualidade do mundo e da América Latina, de conhecer saberes, sabores e sons dos mais diversos e de me reconhecer como Latino-americano. Agradeço e reforço a importância do ciclo-comum de estudos, que me garantiram os fundamentos de América-Latina, o Bilinguismo e os questionamentos filosóficos essenciais para a integração latino-americana, essenciais do projeto Unila.

Venceremos.

***A gente só leva da vida a vida que a gente leva
Tom Jobim
(frase encontrada durante a pesquisa de campo)***

TEIXEIRA, Rafael Giovanetti. **Análise das condições de vida e trabalho na Usina Açucareira Paredão, Oriente (SP)**. 2017. 84 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

A presente monografia pretende analisar as condições de vida e trabalho na Usina Açucareira Paredão, durante sua existência de 1933 a 1994, localizada em Oriente, no interior do Estado de São Paulo, Brasil. Devido ao marco temporal extenso e denso de transformações políticas, econômicas e sociais, consideram-se as transformações nas legislações trabalhistas e do campo, no desenvolvimento tecnológico do setor agrícola e as transformações nos sistemas de exploração da força de trabalho. A este se incorpora os condicionantes históricos do colonato na formação da região, conhecida pelas colônias de café. Como viviam essas pessoas? Quais eram suas condições laborais? Quais suas percepções sobre tais condições? Desta maneira, buscou-se, por meio de anotações em caderno de campo e/ou entrevistas em profundidade gravadas realizadas com ex-moradores/as e ex-trabalhadores/as da Usina, ainda residentes em Oriente, para registrar suas histórias de vida e casos sobre *os tempos da Usina*. Também se recorreu a fontes primárias de jornais da região, livros e cronistas locais. Observou-se a coexistência na Usina Paredão de uma variação e complementação do sistema de colonato puro e do trabalho assalariado puro. Primeiro pelo vínculo de emprego não mais como contrato de colonato, mas por assalariados residentes locais. Segundo pela aplicação do dinheiro da assistência social na manutenção das moradias nas colônias e nas atividades cotidianas de lazer, cultura, religião, educação, alimentação, que ao mesmo tempo em que garantia certas condições de vida aos moradores e trabalhadores, os submetiam às dinâmicas internas patronais da administração.

Palavras-chave: Colonato, Colônia, Salário, Trabalho, Vida.

TEIXEIRA, Rafael Giovanetti. **Análisis de las condiciones de vida y trabajo en la Usina Azucarera Paredão, Oriente (SP)**. 2017. 84 páginas. Trabajo de Conclusión de Curso (Ciencia Política y Sociología – Sociedad, Estado y Política en América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017)

RESUMEN

La presente monografía pretende analizar las condiciones de vida y trabajo en la Usina Azucarera Paredão, durante su existencia de 1933 a 1994, localizada en Oriente, en el interior de la provincia de São Paulo, Brasil. Por causa del marco temporal extenso y denso de transformaciones políticas, económicas y sociales, se consideran las transformaciones en la legislación laboral y del campo, en el desarrollo tecnológico del sector agrario y las transformaciones en los sistemas de explotación de la fuerza de trabajo. A este se incorpora los condicionantes históricos del colonato en la formación de la región, conocida por la colonias de café. Como vivían esas personas? Cúales eran sus condiciones laborales? Cúales sus percepciones sobre tales condiciones? En ese modo, se buscó, por medio de anotaciones en cuaderno de campo u/o entrevistas en profundidad grabadas de realizadas con ex-moradores/as y ex-trabajadores/as de la Usina, aún residentes en Oriente, para registrar sus historias de vida y crónicas sobre *los tiempos de la Usina*. También se recorrió a fuentes primarias de jornales de la región, libros y cronistas locales. Se observó la coexistencia en la Usina Paredão de una variación y complementación del colonato puro y del trabajo asalariado puro. Primero por el vínculo de empleo no más como contrato de colonato, mas por asalariados residentes locales. Segundo por la aplicación del dinero de la asistencia social en la manutención de las moradas en las colonias y en las actividades cotidianas culturales, de religión, educación y alimentación, que al mismo tiempo que garantizaba ciertas condiciones de vida a los moradores y trabajadores, los sometían a las dinámicas internas patronales de la administración.

Palabras-clave: Colonato, colonia, Salario, Trabajo, Vida.

TEIXEIRA, Rafael Giovanetti. **Analysis of living and working conditions at the Açucareira Paredão Mills. 2017.** 84 pages. Course Conclusion Work (Political Science and Sociology – Society, State and Politics in Latin American) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

This monograph intends to analyze the conditions of life and work in the Açucareira Paredão Mills, during its existence from 1933 to 1994, located in Oriente, in the interior of the State of São Paulo, Brazil. Due to the long and dense time frame of political, economic and social transformations, the transformations in the labor and field legislations, the technological development of the agricultural sector and the transformations in the systems of exploitation of the labor force are considered. To this one incorporates the historical conditions of the *colonato* in the formation of the region, known by the colonies of coffee. How did these people live? What were your working conditions? What are your perceptions about such conditions? In this way, we searched through field notes and / or in-depth recorded interviews with ex-residents and former workers of the Mill, still residing in Oriente, to register their stories of life and causes over *the times of the Mill*. Also used primary sources of newspapers of the region, books and local chroniclers. It was observed the coexistence in the Paredão Mills of a variation and complementation of the system of pure *colonato* and pure wage work. First by the employment bond no longer as a contract of settlement, but by salaried local residents. Secondly, the application of social assistance money in the maintenance of housing in the colonies and in the daily activities of leisure, culture, religion, education and food, which, while guaranteeing certain living conditions for the residents and workers, subjected them to the internal dynamics management.

Key words: Colonato, Colonies, Salary, Work, Life

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População residente por situação do domicílio. Município de Oriente (SP)	27
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População residente por situação do domicílio. Município de Oriente (SP)	27
--	----

LISTA DE MAPAS

Figura 1: Oriente, Estado de São Paulo, Brasil.....	28
Figura 2: Oriente, Centro-Oeste Paulista, Brasil.....	28

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. HISTÓRICO	18
2. DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	29
3. DAS CONDIÇÕES DE VIDA.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXOS	73
ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO	74
ANEXO B –ENTREVISTA SR. EUCLIDES. JORNAL <i>PREVENCIONISTA</i> . EDIÇÃO 1. ABRIL DE 1982.....	75
ANEXO C – ESBOÇO EXPLICATIVO. REMUNERAÇÃO POR TONELADA	76
ANEXO D – TURMA DAS 10 TONELADAS: EQUIPE DE ELITE. JORNAL <i>PREVENCIONISTA</i> . EDIÇÃO 68 AGOSTO DE 1989.....	77
ANEXO E – OS DESTAQUES DO MÊS DE SETEMBRO 1987. <i>PREVENCIONISTA</i> . <i>EDIÇÃO 47. OUTUBRO DE 1987</i>	78
ANEXO F – AUTOPROMOÇÃO E BUSCA PARA MELHORA PRÓPRIA NAS TÉCNICAS DO CORTE DE CANA. SEÇÃO <PONTO DE VISTA> <i>PREVENCIONISTA</i> . EDIÇÃO 48. NOVEMBRO DE 1987	79
ANEXO G – CONTINUAÇÃO: AUTOPROMOÇÃO E BUSCA PARA MELHORA PRÓPRIA NAS TÉCNICAS DO CORTE DE CANA. SEÇÃO <PONTO DE VISTA> <i>PREVENCIONISTA</i> . EDIÇÃO 48. NOVEMBRO DE 1987	80
ANEXO H – VISITA À USINA: JORNAL <i>PREVENCIONISTA</i> . EDIÇÃO 39. DEZEMBRO DE 1986.....	81
ANEXO I –HOLERITE TRABALHADOR DAS OFICINAS	82
ANEXO J – VISÃO AÉREA USINA PAREDÃO EM OUTUBRO DE 1980	82
ANEXO K – CHARGES PREVENÇÃO DE ACIDADENTES. JONAL <i>PREVENCIONISTA</i> . EDIÇÃO 11. DEZEMBRO DE 1983/JANEIRO DE 1984.....	83
ANEXO L: GRANDE FESTEJO USINA PAREDÃO: JORNAL DE POMPÉIA. EDIÇÃO ESPECIAL.	84

ANEXO M – HARMONIA E TRABALHO. JORNAL DE POMPÉIA DE 5 DE MAIO DE 1984	85
--	-----------

INTRODUÇÃO

“Usina Paredão: exemplo de harmonia e trabalho.”; “- Foi uma época muito boa, era trabalhoso, mas era gostoso.”; “Um tempo que para ser feliz, pouco era suficiente.” “Me arrepia de ver a minha vida passada assim tão abandonada, lá está o meu umbigo, o que será de tantos umbigos que por lá deixaram e não podem visitar?”.¹ Essas frases enunciam de maneira introdutória os questionamentos da presente monografia que pretende analisar as condições de vida e trabalho de moradores e trabalhadores da Usina Açucareira Paredão, durante 1933 e 1994, período de sua existência, localizada em Oriente, no interior do Estado de São Paulo, Brasil.

Essas condições de vida e trabalho estão intimamente relacionadas à expansão da fronteira agrícola cafeeira no Estado de São Paulo de meados do século XIX até meados do século XX e às relações de trabalho em que estavam atreladas. O colonato como forma de imobilização e exploração da força de trabalho foi adotado nas fazendas cafeeiras paulistas, segundo Stolcke (1986), de 1880 a 1960 e teve consequências econômicas, políticas e sociais durante e após sua aplicação.

Na região de Marília, interior do centro-oeste paulista, os cafezais recém-plantados foram surpreendidos pela Crise de 1929, que mesmo com os incentivos estatais, sofreram certa diversificação nos plantios, sendo substituídos por outras culturas. Em 1933, o fazendeiro suíço Max Wirth desmembra uma das suas fazendas de café no que posteriormente se tornaria a cidade de Oriente (SP) para o plantio de cana de açúcar e, acompanhada das colônias, constrói primeira usina de açúcar e álcool do oeste paulista, que em seu auge manteve cerca de 500 famílias ou cerca de 2000 pessoas em suas colônias.²

Com a variedade de funções na esfera produtiva do açúcar e do álcool e, principalmente, com as variações na esfera do trabalho – e por consequência das

¹ Jornal de Pompeia de 5 de maio de 1984 – Ano III – No 111; Fala de ex-trabalhador e morador da Usina; comentários no blog <https://papajames1.wordpress.com/2009/11/02/usina-paredao/#comments> (acessado em 29/11/2017).

² Informação retirada do site oficial: <https://www.usinaparedao.com.br/sobrenos> (acessado em 29/11/2017).

condições laborais - inseridas em um universo social com seus condicionantes históricos e sociais, geram especificidades que serão abordadas durante esta monografia. Como viviam essas pessoas? Quais eram suas condições laborais? Quais suas percepções sobre tais condições?

A escassez de registros históricos e de estudos sociais e historiográficos sobre a região também instiga a busca por respostas do passado no presente, mas também do presente no passado. Uma usina de açúcar e álcool com uma destilaria de cinco andares, abandonada aos pés da serra, na região rural de uma pacata cidade do interior paulista, viva nas conversas do cotidiano de seus habitantes, ex-moradores/as, ex-trabalhadores/as merece certa atenção.

Desta maneira, com tamanha vivacidade na cidade, buscou-se, a partir de pesquisa empírica, por meio de anotações em caderno de campo e entrevistas gravadas em profundidade de investigação biográfica realizadas com ex-moradores/as e ex-trabalhadores/as da usina, ainda residentes em Oriente, registrar suas histórias de vida e causos sobre *os tempos da usina*.

Utilizou-se a definição de investigação biográfica de Sautu (1999: 22):

La investigación biográfica consiste en el despliegue de las experiencias de una persona a lo largo del tiempo, lo cual incluye una selección consciente e inconsciente de recuerdos de sucesos o situaciones en las cuales participó directa o indirectamente; y su interpretación mediada por las experiencias posteriores (Sautu, 1999: 22, *apud*, Lomsky-Feder 1995).

Por consequência, escolheu-se a tendência do estudo biográfico focalizada no etnográfico, no estudo de fenômenos sociais em profundidade, mais que em preocupar-se pela prova de hipóteses, por trabalhar com dados não estruturados e categorias amplas fazendo uso da observação e entrevistas em profundidade, por se concentrar em poucos casos, e pela análise proceder simultaneamente com a realização do trabalho de campo (SAUTU, 1999: 26).

Grande parte das ações das entrevistas e o enfoque etnográfico foram permeados pela obra de Rosana Guber: *El Selvaje metropolitano – Reconstrucción del conocimiento social y el trabajo de campo*, Editora Paidós, 2004, Buenos Aires, que serviu mais que um manual de métodos etnográficos com seus exercícios, exemplos e reflexões sobre as formas de se fazer etnográfica para produzir

conhecimento empírico, mas também para comprovar as vigências e premissas epistemológicas do trabalho de campo.

A proximidade com moradores da cidade pela descendência familiar do pesquisador facilitou a entrada ao campo. Foram entrevistas oito pessoas com gravador de voz e cinco em conversas sem gravador, em um total de 13 encontros, a maioria delas realizadas na residência dos entrevistados ou em bares³. As conversas e entrevistas aconteceram durante os meses de agosto e outubro de 2017. As conversas sem gravador de voz com posterior registro em caderno de campo geraram um rico material temático que embasou algumas entrevistas posteriores.

Durante as conversas, os/as entrevistados/as citavam e indicavam pessoas na cidade que poderiam contribuir com a pesquisa, dependendo da função que exercia e da idade da pessoa “fulano é dos antigos, pode falar mais disso”. Entre os citados, a referência aos donos Sr. Guilherme Giorgi e Dona Maria Alice foi frequente, pelo histórico na Usina e pela presença ocasional em missas e festas na cidade, também ao Júlio Giorgi, presente na cidade como atual administrador da Usina nas suas atividades após o fechamento.

As entrevistas com esses últimos não estavam previstas no planejamento inicial da pesquisa, mas se decidiu acatar as sugestões dos demais entrevistados e ouvir os donos da Usina, de modo a colher também suas versões da história.

Desta maneira, os meios de contato para entrevistá-los começam com a ida frustrada à Usina em busca do Júlio Giorgi e se concretizaram via redes sociais. A entrevista aconteceu no dia dois de outubro de 2017 no escritório da Usina, onde se combinou uma possível conversa - sob os critérios da organização e apresentação prévia de um questionário⁴ e devolutiva do áudio, da transcrição e da monografia

³ Como não se utilizou se estruturou previamente um questionário para as entrevistas, o caminho que as entrevistas seguiram variaram um pouco, mas adotou-se algumas perguntas chave para o desenrolar da conversa: qual a origem da sua família antes de virem para a usina? Onde moraram? Como viviam? Qual ou quais profissões teve na Usina? Quanto tempo trabalho e morou? Porque foi embora? Etc.

⁴ Estas foram as perguntas apresentadas e acordadas: 1. Por curiosidade, Sr. sabe a origem do nome Paredão?; 2. Como foi o processo de compra da usina?; 3. O que já existia aqui? Casas, fábrica, armazém, farmácia, terras, funcionários, seo Cridão...; 4. Todas as terras eram do grupo ou haviam terras arrendadas?; 5. Como era administrar tanta gente? 6. Alguma observação de como funcionava?; 7. Havia uma preferência em contratar famílias? Por que?; 8. Como era a relação com

finalizada - com Sr. Guilherme Giorgi e com Dona Maria Alice, que se concretizou dia vinte e quatro de outubro de 2017, na residência deles na capital paulista.

As outras entrevistas não seguiram um questionário semiestruturado sendo entrevistas em profundidade, buscando temáticas a serem abordadas e garantindo maior liberdade ao entrevistado. As principais temáticas abordadas variaram entre: o modo como chegou à usina, quanto tempo moraram e trabalharam lá; as condições cotidianas de vida como a moradia, alimentação – incluindo as dinâmicas internas da usina como o armazém, açougue, padaria -; serviços internos prestados pela usina, festejos, missas, escola; e as condições laborais nas quais estavam submetidos, como forma de remuneração, índices de produtividade, salário, jornada de trabalho, etc.

Há que destacar também o caráter voluntariado das entrevistas e o anonimato garantido pelo “Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento”⁵ assinado. O consentimento da publicação dos nomes e das falas do Sr. Guilherme Giorgi, da Dona Maria Alice e do Júlio Giorgi foram acordados em respeito à vontade deles.

A vivacidade presente na cidade também foi expressa nas redes sociais. Nos comentários em um blog, cujo autor também publicitou o livro *Usina Paredão Futebol Clube* uma autobiografia da sua juventude na Usina Paredão, a busca por referências em pessoas e fatos dos tempos passados e o reconhecimento entre si nos comentários, assim como a espontaneidade observada, mostram a veracidade de tais referências. Como também alguns dos entrevistados fizeram referência ao livro e ao blog, participando em alguns casos dos comentários.

Não foi possível contato com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Alcool de Oriente para acesso aos registros mais amplos, como também com mais detalhes dos trabalhadores da Usina, como o livro de registro dos trabalhadores, assim como processos trabalhistas. Já o Sindicato dos Trabalhadores Rurais conseguiu disponibilizar o livro de registros dos trabalhadores para consulta.

Outra fonte essencial foram os jornais encontrados durante a pesquisa. A

os funcionários e dependentes?; 9. Porque colônia e não vila ou bairro?; 10. Vocês moravam na sede? Quando mudaram para lá?; 11. E a relação com a cidade de oriente? Havia certa rivalidade no futebol. Havia boas relações com a prefeitura?; 12. E o processo de fechamento, como ocorreu?

⁵ O referido termo encontra-se em anexo a presente monografia.

busca pelo jornal *Prevencionista* - de circulação interna da Usina - foi facilitada pelo Júlio Giorgi que muito amistosamente cedeu a pasta dos arquivos da empresa com 65 das 77 edições para o registro fotográfico, com edições mensais que compreendem os anos de abril de 1982 a junho de 1990, além de dois volumes do *Jornal de Pompeia* com matérias a respeito da Usina que foram encontrados em outras ocasiões.

Recorreu-se também ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que auxiliou na utilização da sua plataforma virtual e forneceu histórico do censo demográfico da cidade, à prefeitura de Oriente que cedeu material histórico para parte da análise, assim como a de livros, artigos, dissertações e teses sobre a temática em questão.

A análise de dados deu-se pela transcrição das entrevistas em análise de conteúdo temático:

Los datos cualitativos se sistematizan e infieren resultados haciendo uso del análisis temático. Este consiste en la generación inductiva de núcleos temáticos (Spradley, 1979, los denomina dominios) que aparecen sistemáticamente, que son resaltados por los propios entrevistados, y/o que forman constelaciones o patrones en los datos (SAUTU, 1999. P. 52).

Essas temáticas são categorias, estruturas analíticas construídas que reúnem e organizam o conjunto das informações obtidas a partir do fracionamento e da classificação em temas autônomos, porém inter-relacionados. As categorias são determinadas do conjunto de respostas dos entrevistados, descrita, analisada e referida à teoria, tornando o conjunto ao mesmo tempo autônomo e articulado.

Desta maneira, foram estruturados os capítulos, pensando primeiramente em uma contextualização para as abordagens das condições de vida e trabalho locais. A divisão dessas duas temáticas em capítulos distintos segue apenas um caráter didático para que os temas não fiquem muito espaçados ou repetitivos, sendo essas duas categorias constitutivas ontologicamente uma da outra.

O primeiro capítulo introduz alguns acontecimentos históricos a respeito da formação, continuidade e fechamento da Usina, a partir do cenário internacional, com o desenvolvimento da revolução industrial e influência inglesa; passando pelo nacional com o fim do tráfico negreiro, a abolição da escravidão, a mudança das

leis de acesso a terra e o estímulo do Estado brasileiro à imigração branca europeia; chegando ao estadual com a adoção de sistemas de exploração da força de trabalho – do sistema de parceria do Senador Vergueiro e do colonato – e a expansão das fronteiras agrícolas cafeeiras pelo Estado de São Paulo; focando no regional e os marcos temporais e atores que conformaram a Alta Paulista, a região de Marília, a cidade de Oriente e o surgimento da Usina Açucareira Paredão, no ano de 1933.

Este capítulo é importante por localizar as atividades da região em um contexto mais amplo de análise para então restringir-se ao local, buscando proximidades e distanciamentos do microcosmo no macrocosmo e vice-versa e assim compreender quais as consequências diretas ou indiretas nas condições de vida e trabalho dos então trabalhadores e moradores da Usina. Além de destacar as ações locais que contrariam as tendências gerais.

O capítulo dois, por sua vez, enfoca principalmente as condições de trabalho na lavoura e na indústria na Usina Paredão. A análise parte do pagamento por produção a partir da análise do *salário por peça* trabalhada por Marx (2013) no Livro I d’*O Capital – Crítica da Economia Política*, utilizando-a como substrato para tratar a remuneração dos trabalhadores. Como se trata de um marco temporal relativamente grande e denso no que diz respeito a mudanças políticas, econômicas e sociais, debate-se as transformações tecnológicas e na remuneração na lavoura, assim como as mudanças na legislação do campo e trabalhista, além também de pontuar as ações e concepções do *gato* e quais implicações tiveram para os trabalhadores locais. Deste modo, o debate passa à sazonalidade da agroindústria canavieira e suas consequências na lavoura e na indústria e às condições de trabalho dos operários e das oficinas da Usina, principalmente quanto ao ritmo e jornada de trabalho. E relaciona as questões sobre ascensão social e postos de trabalho.

O terceiro capítulo, como consequência do segundo, aborda as condições de vida no que se refere ao cotidiano dos trabalhadores e moradores nas colônias. Pela carga conceitual desse termo, primeiramente se apresenta as discussões sobre o colonato com Stolcke (1986), Neves (2008), Palmeira (1977) e Caíres (2008) para subsidiar os desdobramentos locais do colonato na Usina. Neste capítulo, são pontuadas as discussões quanto ao roçado de subsistência, moradia e trabalho familiar e seus desdobramentos na Usina com o armazém, divisão e conservação

das colônias, relação com os “dependentes” moradores e a aplicação das verbas da assistência social na educação, saúde, lazer, etc., relacionada à sazonalidade da safra. Finaliza-se com as consequências dessas aplicações e o fechamento da Usina em 1993.

Por fim, vale reforçar a importância deste capítulo pela “amarração” que faz com os outros dois, de forma a conseguir reunificar as temáticas “vida” e “trabalho” as quais, como já foi mencionado, foram separadas em capítulos distintos para fins didáticos.

1. HISTÓRICO

O presente capítulo pretende introduzir um pequeno contexto histórico na qual se estruturou socialmente a Usina. Para tanto, buscou-se, além da revisão bibliográfica, por referentes historiográficos na prefeitura de Oriente, que muito amistosamente cedeu cópias de alguns documentos históricos, na biblioteca da cidade e em relatos orais e escritos de historiadores e cronistas locais.

Durante o findar do século XIX ocorreu uma massiva expansão colonial para o Oeste de São Paulo na qual predominavam, até então, poucas habitações e sítios consequências das Bandeiras mineiras e tropeiras, mas principalmente habitavam povos originários locais, indígenas. As plantações de café avançavam e eliminavam progressivamente as matas, a agricultura tradicional da “civilização” caipira (CANDIDO, 2001) e seus povoados. Essa expansão aconteceu a partir dos cafezais das regiões montanhosas do Estado do Rio de Janeiro, processo que vinha substituindo a cultura de cana-de-açúcar pela de café e que continuou para a região de Campinas e todo Estado.

Porém, como afirma Monbeing (1998: 94), as causas para essa expansão não são só locais, nem meramente nacionais, mas “não passa de um aspecto da exploração do planeta pelos brancos”, entrelaçada a circunstâncias internacionais, nacionais e locais em ordem política, social e econômica.

O avanço técnico do vapor e do aço advindo da revolução industrial inglesa - como também seu crédito financeiro - buscou as fazendas cafeeiras investindo e promovendo a produção e o transporte - e conseqüentemente a expansão das

fronteiras agrícolas, pela especulação imobiliária e em busca de terras virgens mais férteis em comparação com as já cultivadas e degradadas por técnicas agrícolas ineficientes.

Ao mesmo tempo, a escassez de força de trabalho esteve presente devido à crise do sistema escravagista. A pressão internacional, principalmente inglesa, pela abolição da escravidão, ao mesmo tempo em que elevou o tráfico de pessoas negras aumentou o preço da força de trabalho. Esse processo que culminou com a abolição da escravatura em 1888 veio acompanhado de tentativas de utilização de trabalhadores imigrantes brancos pelos fazendeiros paulistas.

Mais do que isso, como afirma Verena Stolcke (1986):

[...] sua experiência com escravos tornara-os agudamente cientes da necessidade de formas efetivas de controle do trabalho. Assim, a questão que os fazendeiros enfrentaram ao longo da segunda metade do século XIX não foi apenas a de encontrar uma nova fonte de mão-de-obra para substituir os escravos, mas também cada vez mais a de como organizar e controlar eficientemente o trabalho livre (STOLCKE, 1986: 18).

Deste modo, “a ausência de um mercado de trabalho consolidado também solapou o controle do trabalho” (STOLCKE, 1986: 19), na introdução de sistemas de trabalho livre.

A vanguarda desses sistemas foi realizada em 1847 pelo senador Vergueiro, proprietário de terras próximo a Limeira. Pela decadência e já prevendo o fim da escravidão, adotou o acordo com contrato de parceria para substituir o trabalho escravo e sincronizar demanda e controle da força de trabalho. Modelo este adotado entre outros fazendeiros durante a década de 1850. Verena Stolcke (1986) resume que, basicamente:

De acordo com o contrato de parceria, o fazendeiro financiava o transporte dos imigrantes de seu país de origem até o porto de Santos, adiantava o custo do transporte de Santos até a fazenda, bem como os gêneros e instrumentos necessários aos imigrantes, até que estes pudessem pagá-los com o produto de suas primeiras colheitas. Os trabalhadores cuidariam de um número não especificado de pés de café, e o fazendeiro lhes cedia um pedaço de terra onde cultivariam suas próprias culturas alimentares. Além disso, os imigrantes recebiam gratuitamente uma casa. Seu pagamento consistia em metade do rendimento líquido do café e das culturas

alimentares. Os trabalhadores ficavam obrigados a reembolsar as despesas feitas pelo fazendeiro em seu benefício com, pelo menos, metade de seus ganhos anuais com o café. O contrato inicial não especificava sua duração, mas estabelecia o montante da dívida a cargo do imigrante, devido aos custos de seu transporte e outros adiantamentos. O trabalhador devia arcar com juros por qualquer montante pendente após dois anos, o que era o caso com os outros adiantamentos após um ano. Finalmente, os imigrantes não poderiam deixar a fazenda até terem reembolsado suas dívidas. Caso o fizessem, incorreriam em pesada multa. O trabalho era organizado e supervisionado pelo fazendeiro ou seu administrador. (STOLCKE,1986: 20)

A eficiência e adequação de tal modelo aparecem principalmente pela escassez de força de trabalho, que fixa em unidades familiares os trabalhadores. Essa adequação a unidades familiares gera um trabalho adicional para o fazendeiro ao garantir o subemprego familiar ou desemprego potencial em reserva de força de trabalho.

Os conflitos gerados por esse sistema foram vários, principalmente pela mentalidade escravocrata dos fazendeiros. Fraudes no sistema de remuneração, na cobrança de dívidas e até castigos físicos na cobrança excessiva de disciplina no cumprimento do trabalho nas carpas chegaram a acontecer nas fazendas produtoras de café, gerando várias revoltas durante a década de 1850.

Ao mesmo tempo em que se foi introduzindo esses sistemas de trabalho livre, o fundamento da propriedade privada brasileira também foi mudando. Monbeing (1998: 144) faz uma boa contextualização histórica sobre o desenvolvimento da propriedade territorial brasileira.

O fundamento da propriedade territorial no Brasil era o sistema de sesmarias, isto é, da terra outorgada pelo governo português, depois pelo governo imperial. Toda terra, não doada em sesmarias, era teoricamente do domínio público, ou terra devoluta. Considerando a desordem existente na fixação dos limites das sesmarias [...] o Governo Federal, em 1850 uma lei que regulamentava a questão. A todos os que tivessem começado a cultivar o solo e pudessem justificar seu direito de primeiro ocupante, permitia essa lei que registrassem seus títulos de posse, num prazo de quatro anos. (MONBEING, 1998: 144)

Dentro dessas restrições, a Lei de Terras de 1850 consolidava o direito à propriedade privada e “tencionava impedir que os imigrantes se tornassem

proprietários, ao simplesmente se estabelecerem em terras públicas” (STOLCKE, 1986: 22).

Es importante esa cuestión pues la Ley de Tierras establecía que, de manera general, quedarían prohibidas las adquisiciones de tierras *devolutas* (tierras del Estado) por otro título que no sea de compra, o sea, restringía el acceso a la tierra por la compra al Estado, contra las ocupaciones de los antiguos esclavos y de los nuevos inmigrantes blancos. (BAUTISTA E TEIXEIRA, 2017: 188).

Desta maneira, as limitações encontradas pelos trabalhadores livres imigrantes na aquisição de terra e os conflitos gerados nas fazendas regiram as transformações nos sistemas de trabalho, no qual culminou com a adoção de “um sistema misto de remuneração por tarefa e por colheita, o colonato” (STOLCKE, 1986: 36) que prevalecera na cultura de café da década de 1880 até a de 1960.

Com a abolição condenada nos anos 1880, os fazendeiros paulistas ainda resistentes ao trabalho livre tiveram que buscar uma solução abrangente e promoveram um grande fluxo migratório sob intermédio do Estado que passou a subsidiar os custos iniciais do imigrante. “Entre 1884 e 1914, chegaram a São Paulo cerca de 900 000 imigrantes, a maioria como mão de obra barata para as fazendas de café” (STOLCKE, 1986: 42).

Essa transição do sistema de trabalho de parceria para o de colonato trouxe consigo um processo de exploração cada vez mais sistemática do trabalho. Uma vez estabelecido um mercado de trabalho capitalista com a introdução cada vez maior de imigrantes e reduzindo as porções de plantio de subsistência dos colonos (que incluíam todo contingente familiar), se instituía uma rígida disciplina de trabalho que mitigava as condições para reivindicação e mudança desse sistema que prevaleceu durante a primeira metade do século XX.

Uma das principais teses de Stolcke (1986) é que o colonato oferecia uma vantagem ao fazendeiro em relação ao assalariamento puro, que foi a flexibilidade diante das flutuações do preço do café no mercado internacional devido à combinação do cultivo de café com culturas alimentares.

“Esse sistema permitia aos fazendeiros comprimir os salários em dinheiro nas épocas de baixa dos preços do café, sem por em risco a oferta de mão de obra, possibilitando-lhes, assim, sobreviver

relativamente incólumes às sucessivas crises de superprodução” (STOLCKE, 1986: 54)

Desta maneira, no desenrolar do século XX “os colonos tinham então se tornando em um grupo bastante homogêneo, morando em fileiras de casas construídas para eles nas fazendas, chamadas colônias” realizando, em uma fazenda ideal e bem instalada, todas as tarefas relacionadas à colheita e limpeza do café (STOLCKE, 1986: 62).

Esse modelo de organização e concentração da força de trabalho foi constitutivo na expansão da fronteira agrícola que chegou à região de Marília na década de 1920. Como todas as terras são de propriedade particular devido à legislação fundiária, ao povoamento da fase inicial e à ação dos grileiros, o avanço a terras virgens e férteis aconteceu exclusivamente por empresas colonizadoras privadas; com o exemplo da Companhia Paulista - cujos donos eram ricos fazendeiros - que na construção da estrada de ferro, também loteavam e vendiam terras. Esses loteamentos eram divididos em pequenas e médias propriedades que possibilitavam maior especulação imobiliária na compra e venda. Todavia, devido ao endividamento compulsório desses sítiantes pequenos e médios proprietários, os loteamentos passavam a integrar grandes propriedades, pois as vendiam para quitar suas dívidas (MONBEING, 1998: 211, 222, 226, 238).

Até a franja pioneira marcada pela crise de 1900 – 1905 Monbeing (1998: 169) mostra em mapa que as fronteiras agrícolas mal chegavam a Bauru (cidade a cem quilômetros de Marília), que apresentava apenas algumas ilhas produtoras de café, escoadas de maneira rudimentar por carros de boi. Ao contrario da companhia inglesa colonizadora do Paraná, que avançava a linha férrea que criava e desenvolvia o povoamento das cidades,

Na Alta Paulista, a rodovia é que favorece a abertura de loteamentos. A estrada de ferro progride aos saltos, porque os administradores não se decidem pela colocação dos trilhos senão quando a região está suficiente povoada e em pleno rendimento (MONBEING, 1998: 230).

Esse movimento em estradas de rodagem avançou na região de Marília onde uma estrada de qualidade excepcional permitiu um fluxo intenso de pessoas e mercadorias, ligando a cidade à ponta dos trilhos que chegou a Piratininga às

vésperas da Primeira Guerra Mundial. A expansão desses trilhos foi retomada apenas em 1922 chegando a Marília em 1928, quatro anos após da construção da sua primeira fundação feita por Bento de Abreu Sampaio Vidal, grande fazendeiro de Araraquara, que havia aberto fazenda no local, acompanhado por outros sitiantes. (MONBEING, 1998: 200, 201, 240, 350).

Surpreendida pela crise mundial do capitalismo em 1929, a cidade de Marília estabeleceu-se como ponta de trilhos até a leva de expansão dos trilhos rumo a Tupã em 1932. Até então, a política rodoviária da Companhia Paulista foi estendendo e estruturando as fronteiras agrícolas. Em conjunto, a divisão mencionada em glebas de pequenas e médias propriedades a partir dos recursos hídricos disponíveis, lançava fazendeiros à expansão em busca de outros rios e córregos que desencadeava o desmembramento em cidades ou distritos além dos grandes municípios pioneiros (MONBEING, 1998: 215, 350)⁶. Precisamente nesse movimento, advindo de Piraju, Carlos Vendramini fixa-se nas terras em 1925⁷ e em 1929 faz o loteamento da Vila Hormus, que, conjuntamente com a Vila Reis e outras pequenas vilas familiares formaram o município de Oriente⁸. Conjuntamente, Monbeing (1998: 355), referindo-se a essa época, destaca outro dos principais pioneiros⁹ da cidade e também de outras regiões, “um dos mais ricos plantadores da franja pioneira o suíço Max Wirth, participa mais ou menos abertamente das recentes fundações urbanas da Alta Paulista”.

Com o a chegada da estrada de ferro pelo prolongamento da Companhia Paulista em 1934, o povoado foi elevado a Distrito de Paz pelo decreto número 6721, vinculado judiciária e politicamente à Comarca de Marília. À esquerda da

⁶ A explicação técnica sobre a fundamentação feita pelo agrimensor está em MONBEING, 1998: 215.

⁷ Revista Tudoeste Novos Caminhos. Exemplar de Cortesia. Setembro de 2001 – Ano 1 – número 0. Referência adquirida na biblioteca de Oriente.

⁸ Essa informação está presente em um pequeno livro de autoria do Sr. Antônio Monteiro Lobato, que contribuiu para com os registros locais pouco antes de falecer. Fica aqui o agradecimento e a homenagem. Exemplar encontrado na biblioteca de Oriente, impressão própria do autor.

⁹ Há que destacar, todavia, os verdadeiros desbravadores da frente pioneira. Monbeing (1998: 153) lança a máxima “o baiano é o desbravador da floresta”. O Sr. Euclides foi um destes baianos desbravadores, chegando à região em 1927, estabeleceu seu pequeno sítio entre os paredões e chapadões às costas da cidade, mantendo-se lá na administração dos Wirth e dos Giorgi, no plantio e criação de porco. Foi conhecido e temido como jagunço, mas também respeitado pela sua inteligência e erudição. Ver Anexo B – Entrevista Sr. Euclides Jornal *Previdencionista*. Edição 1. Abril de 1982.

ferrovia sentido Tupã, se desenvolvia a cidade, que foi elevada a município pelo Decreto Lei número 14.334 em 1944; à direita a Fazenda Paredão, de propriedade da família Wirth¹⁰.

Patriarca da família, Max Wirth era um grande industrial do setor de tecelagem em sua terra natal. Por volta da década de vinte, vendeu tudo e investiu no mercado especulativo de terras no Brasil e na agricultura, principalmente em café, na Alta Paulista. Entre as frentes de investimento desse suíço esteve a mencionada Fazenda Paredão em 1926, utilizando-a como polo de testagem de novas tecnologias agrícolas¹¹.

Wirth manteve os padrões arquitetônicos suíços nas edificações principais da administração, mas construiu as tradicionais colônias - casas enfileiradas, algumas feitas de alvenaria, outras em madeira aproveitada dos desmatamentos - para assentar as famílias, sendo as pessoas chamadas de colonos, para trabalharem no café. Além das casas, havia igreja, clube, escola, marcenaria, ferraria, olaria, máquina para beneficiar café, mercearia, etc., que se beneficiava das culturas de subsistência para alimentar a todos, em uma aglomeração populacional basicamente independente da cidade.

A crise de 1929 surpreendeu a região logo na sua primeira colheita de café. As medidas estatais para o controle do preço, erradicação dos cafezais nas zonas mais antigas e com menos rendimento e incentivos fiscais a produtores não assegurou ao todo a produção de café na região. Principalmente as colônias japonesas de Marília e Bastos arrancaram ou deixaram de plantar café e passaram a investir no algodão, sendo um dos principais produtores do país na década de 1940.

¹⁰ Em entrevista realizada com Sr. Guilherme Giorgi:

“Entrevistador: *Então são 11 perguntinhas mais de guia assim, e se o senhor se sentir a vontade seguir falando. E acho que a gente pode começar com uma curiosidade que ninguém soube me responder sobre o nome. Por que chama Paredão?*”

Guilherme Giorgi: Bom você sabe que usina foi separada da Fazenda Paredão. O que eu soube através das conversas lá e um pouco do Sr. Euclides – Sr. Euclides foi quem abriu aquilo. Então ele desceu pela estrada municipal, desceu pela estrada municipal depois foi procurar água. Aí ele chegou no local onde ele fez o rancho lá. E desce local que ele desceu, olhando para o lado de Oriente, tinha um paredão muito grande, aquela formação rochosa daquela região. E foi por isso que ficou Paredão. Isso é o que chegou para mim, não sei se é a coisa mais verdadeira, mas essa foi a informação que chegou até mim. Foi o Sr. Euclides que falo lá, da paredão, paredão, paredão e ficou paredão”.

¹¹Fonte: <http://revistacafeicultura.com.br/?mat=8325> <http://www.fazendaparedao.com.br/historia.php> (Acessados em 13/11/2017).

Nesse sentido, em 1933 a Fazenda Paredão foi desmembrada por Wirth para que seus genros instalassem a Usina Paredão, a primeira usina de açúcar do Oeste Paulista, localizada aos pés de uma serra, distante de três quilômetros da Fazenda e da cidade de Oriente. Mantendo as casas das colônias e os prédios da administração com algumas expansões, construíram a destilaria de cinco andares que produziu no seu auge 10 mil litros de aguardente por dia em conjunto com o parque industrial, que rendia na safra cerca de 83 mil sacas de açúcar de 60 kg, abrangendo 1936 hectares de terra¹².

Em 1949, o Grupo Giorgi, tradicional grupo do setor têxtil da capital paulista e proprietário de um grande conglomerado de empresas de diversas áreas¹³, assume o controle da então Usina Açucareira Paredão, propriedade dos Wirth, e de mais quatro grandes fazendas da região – Santa Maria, Santa Branca, Guataporanga e Aparecida – nos anos 50¹⁴, herdando grande parte da estrutura local¹⁵ e industrial e dando início a um grande processo de expansão da cultura da cana-de-açúcar e da agropecuária nessa região decadente do café. Continuando durante a década de 60 com a anexação de pequenos sítios. E no decorrer da década de 1970 ocorreu outra expansão de terras, acompanhada da Crise mundial do petróleo de 1973 e da

¹² Fonte Jornal *Previdencionista* edição numero 69, setembro/1989.

¹³ S/A Lanifícios Minerva, Brasil Viscose Ltda., Refinaria Nacional de Sal S/A – Sal Cisne, Fiação e Tecelagem Santo André S/A, Metalgráfica Giorgi S/A, Materiais para Construção Porto Ribeiro Ltda., União Industrial e Mercantil Brasileira S/A, Socinbra Ltda., Cotonifício Giorgi de Minas Gerais e Metalúrgica Aricanduva Ltda. Fonte: <http://www.gazetavirtual.com.br/cotonificio-guilherme-giorgi-sa/> (Acesso em 13/11/17)

¹⁴ Em entrevista, Guilherme Giorgi faz questão de aclarar como ocorreu o desenvolvimento da compra de terras: “*Guilherme Giorgi: Aliás, deixa eu te falar uma coisa, nos anos 50, foram compradas 3 fazendas: Santa Maria, Santa Branca e Guataporanga... 4: Santa Maria, Santa Branca, Guataporanga e Aparecida. Realmente, você falou, foi uma expansão foi feita também nessa época. Agora, a expansão maior foi feita a partir dos 70, tá, aí nós compramos... foram 27 escrituras*”.

¹⁵ Em entrevista com Sr. Guilherme Giorgi:

“*Entrevistador: Porque tem uma ascendência suíça muito grande na cidade de Oriente né, o nome das ruas e tudo por esse pioneirismo deles. E quando o grupo comprou a Usina Paredão, o que já existia lá? As casas, os funcionários, o Sr. Euclides...*”

Guilherme Giorgi: Olha, existia todas as colônias, todas as colônias né. Já eram porque era para a fazenda originariamente de café, depois foi transformada para a cana ainda na mão dos suíços em 1933, acredito que depois da crise de 29, eles, uma parte eles resolveram... eles resolveram fazer... então a usina, a fabricação de açúcar de 33, 35 até 1949 eram dos suíços, nós comparamos aquilo em andamento. Então tinha todas aquelas construções estilo suíço, vamos dizer, do telhado bem inclinado né, foram já, já existiam. Não existia a casa da sede, como é hoje. Existia uma casa que a gente usava, era pequena a família... meu pai era em sete irmãos né... então... mas existia... a casa era separada até, a casa ficava no meio de um pasto, como naquele tempo era o, o transporte era de carro-de-boi e carroça de burro, era o paço dos bois ali na frente da casa. Então é isso, mas existia todas as colônias”.

criação do Proálcool em 1975 e 1979, acumulando 27 escrituras¹⁶.

Esses processos expansivos de terras estiveram acompanhados por expansões no parque industrial. Após um acidente com a caldeira no final da década de 1960, boa parte do parque industrial foi reformulada e os estímulos do Proálcool principalmente até meados da década 1980 promoveram outra grande expansão.

Essa última expansão aconteceu às vésperas das agitações inflacionárias da década de 1980. O Plano Cruzado realizado de 1985 a 1989 pelo governo Sarney e a retenção das cadernetas de poupança em 1990 pelo governo Collor fragilizou financeiramente o grupo que solicitou concordata da Usina, chegando arrendar suas terras para a Usina Nova América e culminando com o fechamento das atividades até 1994¹⁷. A cana foi substituída por pasto, as colônias ou foram destruídas ou abandonadas, assim como o parque industrial, que mantém apenas as edificações vazias.

Cabe salientar que a origem dos trabalhadores esteve principalmente relacionada à migração interna das antigas zonas cafeeiras para a nova, tanto os descendentes de imigrantes europeus como os descendentes africanos, chegando à região a partir dos anos 20 e 30. Não foi possível encontrar dados mais abrangentes nesse sentido, mas todos os entrevistados não eram descendentes diretos de europeus, mas provenientes de cidades do interior de São Paulo, assim como os afrodescendentes, que também procediam de Minas Gerais e da Bahia. A partir da década de 1950, vieram também trabalhadores da capital paulista pela troca da gestão e expansão da Usina.

A decadência da lavoura cafeeira, principalmente a partir da década de 1960, só não promoveu maior êxodo rural no município devido às colônias da Usina. A

¹⁶ Infelizmente não foi possível contato com o tabelião de notas de Oriente para acompanhar essas informações muito amistosamente relatadas pelo Sr. Guilherme Giorgi.

¹⁷ *Julio Giorgi: Os custos subiam, eram preços que não eram controlados... enfim, isso se alastrou por muitos anos, a usina estava fragilizada, ela vinha de uma construção da usina dois, da moeda dois de 84 pra 85 e nesse período estava fragilizada financeiramente. E a opção, entre essas coisas, veio o Collor em 1990 e segura o dinheiro de todo mundo, então você não tem crédito, você não consegue pegar dinheiro do banco, então se você está fragilizado financeiramente, você quebra.*

...

Guilherme Aí em 1985, existia uma lei que dizia assim: que os índices de inflação da Fundação Getúlio Vargas, serviriam para o aumento dos preços do álcool, do açúcar e da cana. De 85 a 89, que é o tal celebre Plano Cruzado do Sarney, o governo não obedeceu isso. Isso ocasionou uma descapitalização muito grande das usinas, usina pequena, mais ainda.

Tabela 1 e o Gráfico 1 (acompanhados dos mapas na Figura 1 e Figura 2) mostram o total da população da cidade de Oriente, a decadência da população rural e o aumento da população urbana a partir de 1970. Mas o fato mais relevante é a variação nos censos de 1991 e 2000, que coincide com o fechamento da Usina. Pode-se observar o decaimento de 2180 pessoas da área rural, o aumento de 1261 da área urbana e o saldo de emigração do município de 919 pessoas.

Tabela 1 – População residente por situação do domicílio município de Oriente (SP)

População residente, por situação do domicílio					
Variável - População residente (Pessoas)					
Município - Oriente (SP)					
Situação do domicílio	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Total	8781	6472	6803	5884	6097
Urbana	2088	2552	3801	5062	5695
Rural	6693	3920	3002	822	402

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Demográfico

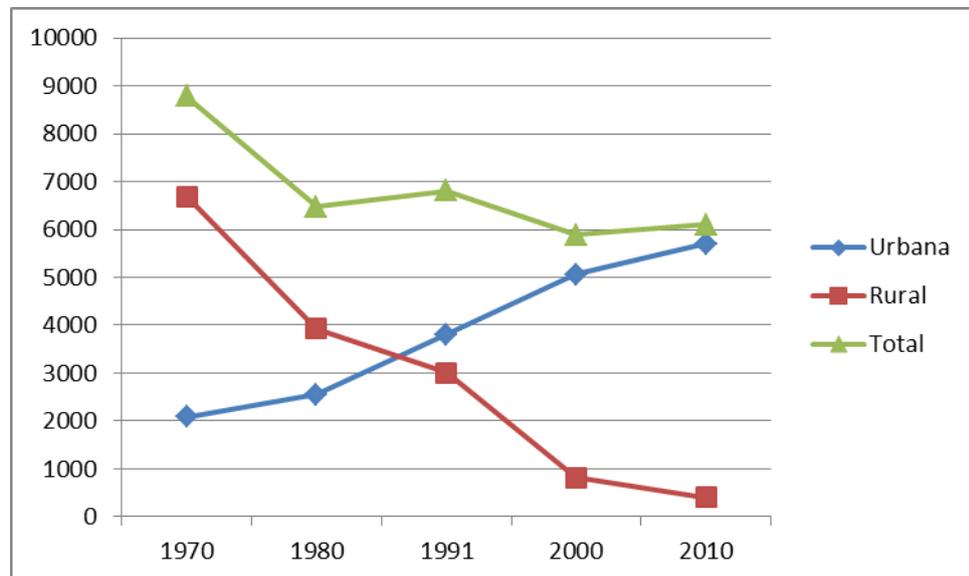


Gráfico 1 – População residente por situação do domicílio

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Demográfico. Elaboração própria

divisão dos capítulos em vida e trabalho, sendo apenas uma linha tênue que pode dividir essas temáticas. O capítulo seguinte, nesse sentido, aborda as condições de trabalho e suas variações durante o tempo.

2. DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

O presente capítulo pretende analisar as condições de trabalho na Usina Açucareira Paredão. A análise considera as questões presentes na sazonalidade da safra e os câmbios no sistema de trabalho nos ramos produtivos da cana-de-açúcar na indústria e na lavoura.

O ponto de partida da análise é o pagamento por produção, considerando-o como o *salário por peça* analisado por Marx no livro I de *O Capital* (1867), embasado no histórico da forma de remuneração dos cortadores de cana no Brasil como no contexto latino-americano, que é atrelada principalmente à produção, ou seja, à quantidade de peças produzidas durante sua jornada de trabalho e na característica sazonal da safra da cana, que requer maior intensidade de trabalho tanto na indústria quanto na lavoura.

Na seção VI do livro I de *O Capital* de Marx (2013 [1867]), dividida em quatro capítulos, o autor explica primeiramente a importância da forma-salário para a reprodução do capitalismo; assim, especifica o *salário por tempo* e o *salário por peça* considerando especificidades e proximidades entre eles; e finaliza com as variações regionais do salário na sua época e suas principais consequências.

Marx é enfático logo no primeiro parágrafo do capítulo 19: “O salário por peça não é senão uma forma modificada do salário por tempo, assim como o salário por tempo, a forma modificada do valor ou preço da força de trabalho.” (MARX, 2013: 759). E complementa que ambas as formas de salário coexistem nos ramos industriais, sem modificar a essência representada no salário, que é o desenvolvimento do modo de produção capitalista, mesmo que uma possa ser mais favorável que a outra para a acumulação de mais-valor pelo capitalista.

Desta distinção, o autor (MARX, 2013: 761) esclarece que, em realidade, no salário por peça, trata-se de medir o trabalho gasto do trabalhador pelo número de peças por ele produzido, e não o contrário, de medir o valor da peça pelo tempo de

trabalho nela incorporado. Assim como no salário por tempo que o trabalho se mede por sua duração imediata, no salário por peça, a medida dá-se “pela quantidade de produtos em que o trabalho se condensa durante um tempo determinado”. Deste modo, o salário por peça é uma forma modificada do salário por tempo, caracterizada por quatro peculiaridades.

Marx (2013: 761) apresenta a primeira peculiaridade: a qualidade do trabalho é controlada diretamente pelo próprio produto. Ou seja, o produto deve possuir uma qualidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça ao trabalhador, sendo fonte fértil de descontos salariais e de fraudes capitalistas.

A segunda peculiaridade:

Ele proporciona ao capitalista uma medida plenamente determinada para a intensidade do trabalho. Apenas o tempo de trabalho que se incorpora numa quantidade de mercadorias previamente determinada e fixada por experiência vale como tempo de trabalho socialmente necessário e é remunerado como tal. (MARX, 2013: 761)

e por consequência, o trabalhador que não manter um rendimento médio estipulado é dispensado.

A terceira característica peculiar está relacionada à supervisão. Como a intensidade do trabalho e a qualidade da mercadoria são controlados pelo próprio trabalhador, torna-se supérflua grande parte da supervisão do trabalho. Nessa característica, Marx (2013: 762) vincula como consequência, a interposição entre o capitalista e o assalariado, ou subarrendamento do trabalho, em que se expropria como intermediário na diferença entre o preço do trabalho pago pelo capitalista e a parte suprimida deste que realmente chega ao trabalhador.

Por fim, a quarta peculiaridade apresentada por Marx (2013: 763) trata do interesse do trabalhador em prolongar sua jornada de trabalho, pois quanto mais trabalho, maior seu salário diário ou semanal. Em reação, ocorre a redução do preço do trabalho, assim explica:

Isso [o rendimento individual] não altera naturalmente em nada a relação geral entre capital e trabalho assalariado. Em primeiro lugar, as diferenças individuais se compensam na totalidade da oficina, de modo que, num tempo determinado de trabalho, ela fornece o

produto médio, e o salário total que nela é pago equivale ao salário médio desse ramo industrial. Em segundo lugar, a proporção entre o salário e o mais-valor se mantém inalterada, pois ao salário individual do trabalhador isolado corresponde a massa de mais-valor individualmente fornecida por ele. Mas o maior espaço de ação que o salário por peça proporciona à individualidade tende a desenvolver, por um lado, tal individualidade e, com ela, o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole dos trabalhadores; por outro lado, sua concorrência uns contra os outros. O salário por peça tem, assim, uma tendência a aumentar os salários individuais acima do nível médio e, ao mesmo tempo, a abaixar esse nível (MARX, 2013: 763 e 764).

E conclui: “[...] o salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que aumenta o número das peças produzidas durante o mesmo período de tempo ou, portanto, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça.” (MARX, 2013: 766).

Essa apresentação sobre a essência do salário no modo de produção capitalista e as proximidades e distâncias entre o salário por peça e o salário por tempo é central para tratar das questões do trabalho na lavoura e na indústria. Silva (1999: 86) retoma essa linha de argumentação e complementa que além da cana, o café e a laranja também utilizam a forma-salário por produção ou por empreitada como forma predominante de remuneração.

A utilização predominante desse tipo de remuneração, além do que já foi exposto anteriormente em Marx (2013), está vinculado ao histórico no desenvolvimento tecnológico do setor produtivo da cana-de-açúcar e às reivindicações dos trabalhadores, principalmente cortadores de cana, pelo seu controle da produção.

A história de vida de um ex-morador e ex-trabalhador entrevistado ao longo da pesquisa acompanha essas questões e serve como substrato para o desenvolvimento desse avanço tecnológico e das reivindicações dos trabalhadores. Vindo de Montes Claros, Minas Gerais, chegou à Usina com um ano de idade junto com seus pais e a tropa de carros-de-boi, na abertura da Usina direcionada pelos Giorgi em 1949. Como seu pai tinha bronquite, acompanhava-o desde muito cedo na lavoura para qualquer eventualidade de saúde durante transporte da cana. Pelas questões do trabalho familiar que abordaremos mais adiante e pelo seu

conhecimento empírico, chegou à chefia do setor de transporte.

O entrevistado relatou as mudanças no setor de transporte, de carregamento e de corte da cana-de-açúcar. A primeira mudança substancial do transporte, que foi passando dos rústicos carros-de-boi aos tratores com carroceria e ainda aos caminhões, que em meados da década de 1960, proporcionou maior agilidade no transporte da cana. Porém, a dura tarefa de carregar os *carros* ainda estava restrita ao esforço manual dos trabalhadores.

A utilização das carregadeiras hidráulicas, principalmente a partir do ano de 1971, acarretou três mudanças substanciais na lavoura de cana: a primeira é o rendimento maior que uma máquina hidráulica tem para levantar e deslocar a cana para o carro; a segunda é o menor emprego de força de trabalho no carregamento, que ficou restrita às sobras dos montes; e a terceira, de maneira indireta, foi no pagamento dos cortadores de cana, passando do sistema por feixes de cana cortada para o por tonelada.

Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) contextualiza e registra que na região de Ribeirão Preto:

O sistema de feixes existiu até os finais da década de 1950. A cana crua cortada e enfeixada era transportada nas costas dos homens ou carros de bois até os vagões dos trens, que a levava para a usina. Nesta época, os talhões eram de menor tamanho, cada trabalhador cortava em duas ou três ruas. Os trabalhadores eram, em geral, residentes na propriedade. A partir de 1960, com a criação das usinas, a cana passa a ser queimada, os talhões aumentam de tamanho e o sistema por feixes vai declinando. Com a queima, a produtividade do trabalho cresce, passando de 2,5 toneladas/dia para 4,0 toneladas/dia. A cana é transportada nas costas por homens carregadores até os caminhões. Desaparece o trabalho das crianças que consistia em amarrar os feixes. No final dos anos 60, surgem os guinchos mecânicos que substituem os carregadores. Surgem, aí, os bituqueiros que recolhem as canas que caem dos caminhões ou aquelas que os guinchos não conseguem pegar (SILVA, 1999: 93).

Juntamente com a carregadeira hidráulica, a queima da cana contribuiu para a passagem do pagamento por feixe para o pagamento por tonelada – ainda assim mantendo o pagamento por produção, o salário por peça. Bortolotti (2011) descreve em sua autobiografia a experiência com os cortadores de cana na Usina Paredão:

A vida de cortador-de-cana exigia sacrifícios. O ganho era por produção de feixes de cana cortada. O trabalho consistia em cortar a cana rente ao chão, desbastá-la de pontas verdes ou palhas secas jogando-a na esteira. A segunda fase era a amarração. De acordo com a espessura, os feixes eram formados por 12, 14 ou 16 canas, amarrados com as pontas que tinham sido retiradas. A seguir, tais feixes eram empilhados em montes de 5 unidades. Ao fiscal competia verificar se o corte havia sido aos réis do chão e se os feixes estavam firmes com o número de canas correspondentes nos montes completados. Só então recebia a cana. (BORTOLOTTI, 2011: 57)

[...] a grande maioria dos cortadores passaria a ida naquele cenário insalubre, debaixo de sol, chuva, frio, vento, poeira e carvão, em jornadas de 10H00/dia, muito sem os direitos trabalhistas que o pessoal da indústria começara a ter acesso pela ação do Sindicato. (BORTOLOTTI, 2011: 61).

Guanais (2016: 87) pondera que mesmo o sistema por feixes sendo mais precário e rudimentar, ele possibilita maior controle por parte do trabalhador sobre seu salário, conseguindo estimar com maior precisão a quantidade da sua remuneração. Em contraposição com o sistema por tonelada, que exige operações matemáticas mais complexas que apenas especulam a remuneração.

Nesse sentido, Bortolotti (2011: 39) resgata, que além do controle da quantidade produzida, certa manobra acordada entre fiscais e cortadores chegou a ocorrer:

“Na Usina Paredão, cortadores de cana tinham a produção aumentada pelos fiscais para dividirem a diferença no pagamento do final do mês. O Belim, que era fiscal, nunca participou do esquema, que acabou sendo descoberto pelo Seo Clidão, chefe da segurança.”

O sistema remuneração por tonelada distancia o cortador de seu processo de trabalho e de seu salário. A administração controla diretamente os resultados do trabalho por disporem da balança no galpão da indústria, sujeitando os trabalhadores a pagamentos que muitas vezes não conferem com a realidade. Em uma conversa com um ex-cortador de cana, que trabalhou na usina durante a década de 1980:

“E: E como contavam as 10 toneladas? Era por feixe, como que era?”

C: Não, era assim, eles pegavam um metro quadrado do talhão e pesava aquelas canas. Um metro daqui, outro de lá e pesava, e tirava a média mais ou menos no talhão. Aí, o que acontecia, a gente

cortava por metro, aí tinha uma corda de vinte metros que o cara estendia, e o cara roubava rapaz. O caminhão encostava lá, aí eu tinha feito, 10, 15 corda de vinte, de comprido, nós pegava num talhão e saía lá no outro. O talhão era como uma rua assim, uma quadra, uma quadra de lá, até lá, cumprido. Rapaz tinha talhão que ia assim, fazia curva e sumia.“

Essa explicação foi contraposta por outro trabalhador da usina, que atuou na administração dos anos 70 até o fechamento. Não foi possível gravar a conversa, porém há um esboço feito por ele utilizado como didática na explicação¹⁸: o cálculo do peso médio por metro quadrado era feito dividindo o total do peso do talhão pelo total área do talhão. Com o resultado obtido, em quilograma por metro quadrado ou tonelada por metro quadrado, multiplica-se pelo rendimento do cortador e assim obtém-se seu salário. Ao comentar sobre a forma de remuneração explicada pelo cortador, ele explica que na verdade, esse metro quadrado de amostra era tirado para o laboratório químico analisar, tanto o peso quanto o teor de sacarose das canas, mas não como medida de remuneração.

Há como interpretar a fala de “C” de duas maneiras: a primeira é o total desconhecimento sobre a real forma de sua remuneração, sendo, portanto enganado. A segunda é que, o desconhecimento a princípio do rendimento do peso por metro quadrado do talhão, e a utilização dessa amostragem do laboratório como forma de acompanhamento do rendimento para calcular uma estimativa do salário.

A primeira interpretação pode ser vinculada ao roubo mencionado por “C” em sua fala, mas também há outras formas discutidas desse roubo no salário:

Existem várias maneiras de o patronato burlar os trabalhadores. De um lado encontramos roubos que dizem respeito ao conteúdo do processo de trabalho. Destas, a primeira forma de burla, ou roubo, talvez a mais conhecida, é a submensuração das medições do trabalho despendido pelo trabalhador. Neste caso, o fiscal de campo manipula o instrumento de medição (dando a pulo do gato com a vara, usando uma balança fraudada, calculando de má-fé o preço do serviço, etc.) prejudicando o trabalhador que recebe um valor abaixo do que legalmente deveria receber. (PAIXÃO, 1994: 263 *apud* GUANAIS, 2016: 89).

Nesse sentido, na remuneração dos cortadores de cana por tonelada, o

¹⁸ Anexo C – Esboço explicativo remuneração por tonelada.

controle da produção é feito integralmente pela empresa, pois controla o resultado direto do trabalho tanto na medição, pelo fiscal da lavoura, como na balança, pelo fiscal da indústria.

Como foi afirmado por Silva (1999) anteriormente, o trabalho na lavoura de cana acontece tanto por produção, como por empreitada, ou seja, por tarefa definida em diárias, semanalmente ou até por mês com salário fixo. Na Usina Paredão, existia o *bolo*, em contraposição a turma das 10 toneladas, considerada como turma de elite¹⁹.

O *bolo*, como o próprio nome sugere, abarca a todos - e nesse caso a todas também - cortadores e cortadoras de cana que produziam abaixo das 10 toneladas, mesmo podendo chegar até essa quantidade. Assim foram apresentados os dois grupos e suas diferenciações por “C” um ex-cortador e por “P” sua esposa, ex-moradora da usina:

E: As 10 toneladas era a cota, não podia cortar abaixo de 10?

C: Não, se você cortasse abaixo de 10, você ganhava igual o bolo, o valor que o bolão ganhava. O bolão a gente fala assim, o pessoal que cortava, 7, 8 tonelada. As 10 tonelada a gente cortava. As vezes cortava 12, 13 tonelada. Aí você estourava, quanto mais cortava, mais ganhava. Quando você estourava... a gente tinha que cortar 350 tonelada por mês, quando cortava 400 a gente ganhava mais.

E: E homem e mulher cortava cana?

C: Homem e mulher. No bolo era homem e mulher. Agora nas 10 toneladas, só homem. Mulher não conseguia cortar 10 tonelada nem sonhando

P: Ah, mas dizia que a mulher, dona coisa cortava.

C: Ah, no bolo. Quando você conseguia no bolo, atingia as 10 tonelada, aí ganhava 10 tonelada.

E: E como que era dividido?

C: Os 10 tonelada só pegava cana boa. O bolo só pegava cana ruim, só pegava cana boa quando não tinha cana ruim.

¹⁹ Ver Anexo – Turma das 10 toneladas: equipe de elite. Jornal *Prevecionista* edição 68 agosto de 1989.

E: Como é cana boa cana ruim?

C: A cana boa é aquela empezinha, ela não deitava. Porque quando tinha aquela cana tudo deitada, colocava todo mundo, 10 tonelada, bolo, tudo junto. Porque não rendia. Dava pra trabalhar o dia inteiro para cortar os 20 metros. Dava um trabalho rapaz. A bicha era comprida, colocava tanto adubo que a bicha cresceu e deitou e cresceu de novo, deitou, e enrolou uma dentro da outra, que crescia tanto que tinha que cortar umas par de vez. Boa era aquelas cana grossa e empézona. Aquilo lá, pra nós das 10 toneladas era uma beleza, que só ia deitando e ia embora, delicia.

Como se pode perceber, na distinção entre a “elite” do grupo das 10 toneladas e o *bolo* se estabelece o recorte de gênero. O Jornal *Prevencionista*, de circulação interna da usina, destaca em suas edições os trabalhadores e trabalhadoras mais produtivos do mês e de toda a safra, entre a turma das 10 toneladas, entre o *bolo* e entre as mulheres. Neste trabalho não se entrará nos detalhes sobre a diferença de remuneração que o recorte de gênero estabelece por não ter acesso a dados mais profundos. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) faz uma belíssima abordagem nesse sentido em outras usinas de açúcar e outros setores produtivos da lavoura²⁰.

A união dos dois grupos para cortar a “cana ruim” acontecia de maneira excepcional, como também a união destes para cortar a “cana boa”. No *Prevencionista*, consta que a produção da turma das 10 toneladas variava de 13 a 18 toneladas – mesmo em alguns deles um cortador chegou a 25 toneladas! – enquanto na turma das mulheres, a melhor colocada produzia por volta de 9 toneladas, assim como o primeiro colocado dos homens do grupo normal²¹.

Há que destacar, como já tratamos mais acima com Marx (2013): o salário por peça nada mais é do que uma forma modificada que o salário por tempo, elas coexistem nos ramos produtivos sem alterar a essência do salário. No caso do setor da lavoura, mesmo o *bolo* recebendo um salário fixo por tempo de trabalho, o estímulo à maior produção acontece tanto para o não rebaixamento da produção, mantendo uma média de 7, 8 toneladas, como para o aumento desta.

²⁰SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

²¹ Ver Anexo E – Os destaques do mês de setembro/87. *Prevencionista*. Edição 47, outubro de 1987.

A edição número 48 de novembro de 1987, do *Prevencionista* – logo após o término da safra – faz um apelo aos cortadores e cortadoras de cana pelo seu rendimento. Ao mesmo tempo em que vangloria a turma de elite do time das 10 toneladas – chamando-os nessa questão de *podões de ouro* – também reclama do rendimento do *bolo*. Esse apelo busca o estímulo tanto simbólico, de aspiração ao grupo das 10 toneladas, de estimular a “se autopromoverem”, como prático, para busca de melhora própria nas técnicas do corte da cana²².

Silva (1999) analisa esses estímulos de autopromoção e suas consequências na realidade próxima:

Da mesma forma que a matéria-prima (cana) é controlada técnica e cientificamente, portanto, socialmente, os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. O manejo rápido do facão permite um corte rápido e ordenado. A postura ideal é conseguida no pico da safra, em geral. Neste momento, completa-se a fase de "treinamento" do corpo, desaparecem as dores da coluna, "a gente acostuma". O mecanismo de controle externo acaba sendo introjetado pelo próprio trabalhador, de tal forma que ele se transforma em autocontrole, deixando de ser um controle de atos para ser do próprio indivíduo. Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do "bom cortador de cana", aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os "bons" e os "maus" indivíduos. (SILVA, 1999: 202)

Por mais que não existisse na Usina Paredão um prêmio direto para os melhores cortadores de cana, a presença no espaço simbólico (BOURDIEU, 1989) do jornal já estimula a competição recorrente entre os/as trabalhadores/as. Além dos cortadores e cortadoras de cana, essa competição também acontecia entre os motoristas e operadores de carregadeiras hidráulicas. Esses operadores eram treinados para guiar as máquinas da empresa. A diferença acontece com os

²² Ver Anexo F – Autopromoção e busca para melhora própria nas técnicas do corte de cana *Prevencionista*. Edição 48. Novembro de 1987 e Anexo G – Continuação: Autopromoção e busca para melhora própria nas técnicas do corte de cana *Prevencionista*. Edição 48. Novembro de 1987.

motoristas: como a safra exige uma grande quantidade de força de trabalho, além dos motoristas e caminhões da usina, a presença de caminhões e motoristas particulares era grande e foi aumentando com o crescimento da usina, principalmente com o Proálcool em meados do anos 1970.²³

A expansão de terras alcançou outras colônias além dos conjuntos da Usina que, espalhadas pelas fazendas da região, ficaram submetidas à administração central. Em cada colônia, havia uma sede com um administrador responsável por administrar e fiscalizar as famílias e distribuir as tarefas aos trabalhadores e trabalhadoras. Essa unificação e assentamento dos trabalhadores e dos “dependentes” nas colônias tanto das lavouras como da indústria e das oficinas, acompanhou o desenvolvimento da usina até seu fechamento.

Como foi abordado no capítulo 1, a maioria dos trabalhadores moravam nas colônias da usina e nas fazendas, tanto os operários da fábrica, como os da lavoura, transporte, etc. O transporte e a fiscalização, desta maneira, eram feitos diretamente pelos trabalhadores da usina, a princípio, sem intermediários externos.

Essa característica local foi acompanhada até o limite do número de casas construídas na usina e nas fazendas. Com o crescimento da usina e com suas colônias todas cheias, aumentou-se a demanda por trabalhadores externos, tanto motoristas como cortadores de cana, e as relações entre os trabalhadores e os fiscais mudaram.

A figura do *gato* é central para essa questão. O desenvolvimento tecnológico do setor da lavoura e as reivindicações por parte dos cortadores de cana sobre o controle da sua produção e remuneração também são consequências da fiscalização por parte da usina sobre seu trabalho. Como sustenta Silva (1999)

O paulatino desaparecimento do sistema por feixe deve ser analisado não só em função das mudanças ocorridas nas técnicas - caso das carregadeiras mecânicas - mas no seio das relações sociais entre os trabalhadores, "gatos" e usina. É neste contexto que também deve ser analisado o desaparecimento da figura do "gato" e

²³ Devido a Crise do Petróleo de 1973 e sua agravante em 1979 que elevaram o preço do barril de petróleo, institui-se o Proálcool em 14 de novembro de 1975, basicamente resumindo em seu “**Art. 2º**. A produção do álcool oriundo da cana-de-açúcar, da mandioca ou de qualquer outro insumo será incentivada através da expansão da oferta de matérias-primas, com especial ênfase no aumento da produção agrícola, da modernização e ampliação das destilarias existentes e da instalação de novas unidades produtoras, anexas a usinas ou autônomas, e de unidades armazenadoras”.

o surgimento da figura do agenciador, como se verá mais adiante (SILVA, 1999: 94)

Esse desaparecimento do *gato* e o surgimento do agenciador proposto por Silva (1999) é muito semelhante à passagem do *gato do campo* ao *gato da cidade*.

O *gato do campo*, como o *gato*, era responsável por uma turma de cortadores de cana, pelo seu transporte e fiscalização. Porém, esse *gato do campo* era assentado nas fazendas da usina, aproveitava as casas que ainda estavam vagas, ou de *puxados improvisados* anexos às casas e as utilizava como alojamento para esses cortadores externos, provisórios; possuía ou negociava com os armazéns locais – dispersos nas fazendas - que cobrava a alimentação; e incorporava os trabalhadores externos, aos internos, servindo como intermediário. A remuneração por empreitada diária estava atrelada a um mínimo de produção, dependendo do seu rendimento tanto para continuar trabalhando como para ser chamado novamente na próxima safra, além, é claro, pelo bom comportamento, vinculado a brigas e embriaguez.

O *gato da cidade*, por outro lado, tinha residência própria em cidades próximas à Usina, possuía um caminhão adaptado para transporte e organizava a turma com trabalhadores das cidades da região para o corte da cana, alguns iam e voltavam todos os dias, outros viviam no biongo, ou alojamento dos solteiros, que será abordado no próximo capítulo. Basicamente, era um *agenciador de força de trabalho*.

Porém, ambos, em um grau maior ou menor, promoveram a entrada de trabalhadores externos ao tradicional trabalho familiar. O volante é o trabalhador externo, temporário, assalariado, contratado por temporada, selecionado entre tantos outros trabalhadores e trabalhadoras, passou por um processo de filtro, selecionando o “bom-cortador”:

A produção da figura do "bom cortador" contém germes de uma verdadeira segmentação do emprego de homens, fortes, jovens e dotados de uma moral, que coincide com os desejos da usina. Os fracos, os mais velhos, as mulheres são descartados deste modelo. Por conseguinte, a figura do "bom cortador" constitui o germe da segmentação, atualmente reproduzida pelo processo de exclusão, provocado pelas máquinas-cortadoras de cana. Esta afirmativa não é paradoxal, na medida em que a fabricação do "bom cortador" não é

só para cortar cana, mas se trata de um "sujeito moral", de um trabalhador cujo corpo e espírito estão dotados dos elementos necessários à execução das tarefas. (SILVA, 1999: 206)

Essa inserção de trabalhadores exteriores é consequência necessária, porém contraditória, da acumulação do capital na agricultura na Usina. Ao mesmo tempo em que esses trabalhadores externos são inseridos com objetivo de aumentar progressivamente o rendimento por trabalhador, essa inserção aumenta seletiva e progressivamente a produção – e exploração – no corte da cana de açúcar. Ou seja, questiona o já produtivo e eficiente sistema de exploração da força de trabalho excedente nas famílias no colonato, ancorado no assentamento de famílias volumosas, mas engessado na quantidade de casas da usina.

E: E tinha o pessoal que vinha trabalhar de fora?

C: Tinha. Tinha o biongo. Os boia-fria. Fulano-gato que organizava. Os boia fria vinham de Quintana, Paulópolis, Tupã... aí tinha os caras que vinham de outras cidades, que não tinha como ir e voltar e morava no biongo... um monte de casinha, vários quarto, o meio era um corredor grande... cabia só uma cama de solteiro e um criado-mudo (cômoda).

E: E tinha o gato?

C: Os gato que pegava o pessoal de fora, registrava. Era tudo registrado pelo gato. Aí ele (a usina) pagava pro gato que pagava pra turma... aí muitas vezes registrava no gato, depois conseguia entrar na usina, no corte de cana da usina, aí os cara "ah, agora ta sossegado". Olha, tinha pessoal de Oriente que descia pra cortar cana na usina.

A exploração de trabalhador por trabalhador, expressa no *gato*, estabelece mais um degrau na estratificação social da usina. Marx já havia observado esse fenômeno no século XIX:

“Por outro lado, o salário por peça permite ao capitalista firmar com o trabalhador principal [...] um contrato de tanto por peça, a um preço pelo qual o próprio trabalhador principal se encarrega de contratar e pagar seus auxiliares. A exploração dos trabalhadores pelo capital se efetiva, aqui, mediante a exploração do trabalhador pelo trabalhador.” (MARX, 2013: 762)

Desta maneira, a aspiração a “entrar na usina” e “ficar sossegado” compreendia sair do intermediário do *gato* e receber o salário integral da sua produção, ou o mais próximo disso; ser inserido nas dinâmicas internas da usina com os “favores” patronais e conseguir uma disputada casa nas colônias, passando

da condição de trabalhador volante, solteiro, viajante, para o de trabalhador fixo, morador, residente e familiar.

O gato, em suas múltiplas faces, é o elo pela qual as legislações trabalhistas e do campo atuaram conjuntamente com o desenvolvimento tecnológico e com a polarização da luta de classes principalmente na década de 1960 para cambiar as relações de trabalho rurais contribuindo com o fim do colonato em praticamente em todo país, não por inviabilizá-lo no aumento de custos ao patrão, mas principalmente pela introdução dos volantes excluídos da legislação.

Neves (2008) ao analisar basicamente os sistemas de trabalho no Rio de Janeiro sustenta que o reconhecimento legal das relações de colonato pelo Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 e pelo Decreto-lei n. 6969 de 1944 minava as alternativas de imposição de mecanismos extras de apropriação do sobre-trabalho do colono, parceiro, sitiante, por parte do patrão:

Ao considerar fornecedor todo lavrador que, cultivando terras próprias ou alheias, houvesse encaminhado cana por cinco safras consecutivas a uma mesma usina (art. 1º do Estatuto da Lavoura Canavieira), a legislação estabelecia limites ao desejo do proprietário de impedir que o *colono* comercializasse diretamente a cana e de burlar o peso e o preço (procedimentos com frequência utilizados), e abria ao colono alternativo para reivindicação e reação mais impessoais, mediadas por instituições como o IAA e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. O Estatuto assegurava ainda o direito de percepção do salário mínimo pelos *colonos* nos dias em que trabalhassem nas lavouras do proprietário da terra, da mesma forma que aos *moradores* e *alugados* (NEVES, 2008: 151, grifo do original).

Em tese, a CLT em 1943 já garantia ao trabalhador rural direito a férias, décimo terceiro salário, férias anuais remuneradas e aviso prévio, mas estes direitos permaneceram como letra morta. Em 1963, estendia-se e se reforçava as leis trabalhistas para os trabalhadores rurais com o Estatuto do Trabalhador Rural, regulamentando, segundo a linha dos sindicatos rurais - também criados desde então - a estabilidade no trabalho, concessão de indenização por demissão sem justa causa, regulamentação do trabalho de mulheres e crianças, além de ser obrigado a pagar 27,1% sobre cada jornada de trabalho dos trabalhadores permanentes, correspondente a gastos sociais (SILVA, 1999).

Mantendo precisamente o poder político da elite agrária e retendo a reforma

agrária, essa lei de cunho moderado - tendo em vista as agitações sociais do período - visando certo sacrifício dos patrões em função dos empregados, resultou na expulsão dos trabalhadores do campo a curto e médio prazo.

Mais ainda, a lei 5.889 de 1973 que substituiu o Estatuto do Trabalhador Rural:

[...] aparece a definição de "empregados rurais", em lugar dos "anteriores trabalhadores rurais". Os "empregados rurais" eram aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não eventuais. Em janeiro de 1978, a Lei n.6.019 definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava 90 dias. Aqueles contratados por um intermediário para trabalhar nas propriedades do empregador, *não teriam direito* a nenhum dos benefícios da nova lei. Dessa forma, *os trabalhadores eventuais foram excluídos de forma definitiva da legislação trabalhista*. Ao proteger os permanentes, a lei deixava a descoberto os eventuais (SILVA, 1999: 66).

Essas dinâmicas de expulsão e cambio do colonato tiveram consequências mais moderadas na usina, tendo em vista as características próprias desse sistema de trabalho na Usina, que serão abordadas no próximo capítulo.

Uma das principais características da agroindústria canavieira na produção do açúcar e do álcool é sua sazonalidade. É uma corrida contra o relógio. A cana-de-açúcar vai perdendo seu teor de sacarose ao ser cortada e atinge um ponto ideal para o corte, dependendo de grandes quantidades de força de trabalho em todos os setores nesses períodos, principalmente nos setores de corte e transporte da matéria prima, e por consequência na indústria onde é manufaturado o material bruto.

A safra é um período de exceção. Por mais que ocorra durante quase oito meses por ano, a intensidade de trabalho requerida para o transporte, corte e moagem da cana é grande. Nesse sentido, o salário por produção é estratégico para o patronato pelas características que já foram apresentadas acima em Marx (2013).

Diferentemente do que ocorre na lavoura, na parte industrial da usina normalmente se recorre ao salário por tempo como forma de remuneração, uma vez que os trabalhadores se encontram em uma relação de dependência para com o maquinário que manejam, cuja atuação acaba restringida ao ritmo de trabalho das

engrenagens da máquina.

Leite Lopes (1978: 66 a 68) sustenta que a seção de fabricação trabalha sobre regime de urgência devido a essa sazonalidade agroindustrial. Não só pelo funcionamento interrompido da maquinaria, mas também pelo aumento da sua intensidade, chegando a acelerar o desgaste das peças – que será reformada ou substituída na entressafra ou em pequenas pausas para concertos durante a safra. Essa urgência também é utilizada como mecanismo para aumentar a quantidade de horas extras possíveis a serem realizadas pelos operários, previstas na CLT, que permite a extensão da jornada de trabalho normal quando há urgência na produção pelo caráter perecível do produto. Entretanto, esse caráter urgente afeta de diferentes maneiras os setores da indústria: enquanto o operário pode levar longas jornadas de trabalho em nível acelerado pela maquinaria, os responsáveis por concertos ficam em estado de emergência para qualquer eventualidade, sendo chamado em suas casas – que muitas vezes estão localizadas nas colônias próximas à usina – a qualquer momento do dia ou da noite.

Um exemplo emblemático nesse sentido foi apresentado por um ex-trabalhador da administração, entrevistado durante a pesquisa: durante a moagem da cana, uma parte do maquinário quebrou, parando todo o processo produtivo. Os trabalhadores responsáveis pela manutenção disseram que levariam de um a dois dias para consertá-la. Esse responsável disse que se a máquina estivesse pronta até o final do turno, uma caixa de cerveja e cinco quilos de carne estariam pagos no boteco. Resultado: a máquina voltou a funcionar e os funcionários ganharam a festa no final do dia. E o entrevistado conclui: “no final das contas, o pH do caldo não se acidificou e a empresa não perdeu aquele caldo que estava parado. Deixou de ter o prejuízo. Valeu ou não valeu o investimento?”

Como o próprio nome sugere, o jornal *Prevencionista*, de circulação interna na Usina, era utilizado como mecanismo informativo sobre prevenção de acidentes e segurança do trabalho - entre outras – aos trabalhadores e moradores. Informações sobre equipamentos de segurança, técnicas de trabalho, primeiro socorros, higiene, sobriedade estavam sempre presentes nas suas edições. Assim como informações sobre a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) eleita anualmente entre os trabalhadores e da Brigada de Incêndio, criada em 1983, composta por vinte

trabalhadores, para o combate de incêndios acidentais nas lavouras e na Usina.

A carga das charges contra acidentes era muito densa, buscando atrelar ao acidente a responsabilidade individual do trabalhador, a sua atenção e dedicação ao trabalho, ao seu peso familiar e social no interior da usina, na construção ideológica de dinâmicas sociais muito semelhantes a de solidariedade orgânica teorizada por (DURKHEIM, 1999). O teor ideológico presente no jornal será abordado no próximo capítulo. Nesse sentido, a administração promoveu competições com prêmios para os setores da usina que ficassem mais tempo sem acidentes, das turmas na lavoura às seções da fábrica e da manutenção.

O começo oficial da safra na Usina Paredão se dava no dia primeiro de maio e era finalizada entre outubro e novembro - com grande festividade e religiosidade como será abordado no próximo capítulo. Na semana anterior ao início oficial da safra, uma turma de cortadores de cana já era enviada para a lavoura para garantir o começo do funcionamento da maquinaria na data oficial.

Leite Lopes (1978) apresenta um compilado geral sobre os setores das usinas açucareiras:

A seção de fabricação das usinas de açúcar compõe-se de: a) subseção da moenda, que se decompõe nas pontes volantes de descarga da cana; na moagem da cana obtendo-se o caldo bruto realizada pela moenda, a qual é acionada por uma máquina a vapor gigantesca de mecanismos expostos; na esteira de bagaço que o leva às caldeiras onde é produzido o vapor consumido na usina; b) subseção de purificação do caldo, decompondo-se em balanço de caldo, sulfitação, caleação, aquecimento, decantação e filtragem (separação das impurezas do caldo); c) subseção de fabricação propriamente dita (concentração do caldo por evaporação), decompondo-se nas seguintes operações: evaporação, cozimento (nos vácuos) cristalização, turbinagem, secagem, pesagem e ensacamento (LEITE LOPES, 1978: 10)

Além da seção de fabricação, há oficinas anexas de diversos ramos para a manutenção da maquinaria durante a moagem e principalmente no período da entressafra:

As oficinas anexas à seção de fabricação nas usinas geralmente são: oficina mecânica, oficina elétrica, fundição, serraria, carpintaria, olaria, oficina da seção de comunicação (telefone e rádio), seção de construção civil (residências e edifícios), oficina de manutenção e

reparos do transporte ferroviário, garagem de manutenção do transporte rodoviária, oficina de conservação e reparos de implementos agrícolas. Nessas oficinas encontram-se, entre outras, profissões como as de serralheiro, torneiro, caldeiro, soldador, moldador, aplainador, fundidor, eletricitista, ferreiro, mecânico de garagem, carpinteiro, pedreiro, pintor (LEITE LOPES, 1978: 10).

Como foi dito, no período de safra, as máquinas da usina trabalhavam 24 horas sem parar. A jornada de trabalho dos operários da indústria era dividida em três turnos de oito horas anunciados pelas sirenes - das 6 horas da manhã às 14 horas; das 14 horas às 22 horas e das 22 horas às 6 horas – regida pelo ritmo de urgência das máquinas. Entretanto, nas oficinas anexas, a jornada de trabalho se mantinha 7 horas da manhã às 17 horas como no período da entressafra, mesmo com as peculiaridades emergenciais da manutenção tratadas acima.

Os adicionais de insalubridade previstos pela CLT pelo maior desgaste ou tempo de exposição do trabalhador a situações adversas na sua rotina são abordados por Leite Lopes (1978) como denúncia no roubo desse direito dos trabalhadores das usinas estudadas em Pernambuco na década de 60. Não foi possível contato com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e do Alcool de Oriente para acesso aos registros dos processos trabalhistas nesse sentido. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais conseguiu disponibilizar o livro de registros dos trabalhadores para consulta. Entretanto, Leite Lopes (1978) ainda pontua que a estrutura da indústria pode amenizar determinadas atividades, principalmente quanto ao calor liberado pelas caldeiras, em seu sistema de ventilação. O *vapor do diabo* liberado pelas caldeiras junto com sua quentura abordado por esse autor foi expresso nas palavras de redação de uma menina - publicadas no jornal *Prevencionista* - que visitou a usina junto à escola: “A moenda é tocada apenas pelo vapor. É uma quentura que só vendo! Parece o inferno de quente.”²⁴

Leite Lopes (1978) a partir da observação dos operários da divisão interna no processo produtivo do açúcar afirma que

“a organização do trabalho industrial na usina, com sua divisão do trabalho interna rigidamente estabelecida, com diferentes formas de cooperação nas suas distintas seções, incentiva a hierarquização

²⁴ Ver Anexo H – Visita à Usina: Jornal *Prevencionista*. Edição 39. Dezembro de 1986.

das funções operárias da própria usina” (LEITE LOPES, 1978: 20).

Não cabe a esse trabalho transferir as categorias distintivas e hierarquizantes estabelecidas por Leite Lopes (1978). Entretanto, as histórias de vida expostas nas entrevistas e presentes no *Prevencionista* aclaram a distinção das funções laborais na usina e suas consequências sociais e nas condições de vida e trabalho. Essas consequências sociais nas condições de vida serão abordadas no próximo capítulo. Neste, cabe lidar com as consequências laborais nas distinções sociais.

Em um diálogo com um casal de ex-moradores e ex-trabalhadores da usina, eles destacam o processo de ascensão social nos setores da usina, com seus condicionantes:

P: Por exemplo, a pessoa é lá [da colônia] do paredão, namora uma pessoa aqui [da colônia] do bosque, pessoal dava um jeito de entrar pra indústria. Nunca deu pra entrar, mas quando namora, casa, dá... tinha que ter um amigo ali dentro pra entrar... e se tiver um amigo e um inimigo também não entrava...

C: Aí eu entrei na destilaria... trabalhava na parte das dorna onde separava o fermento do álcool. Depois de tirar o fermento, passa no destilador, aqueles vaporadorzão. Aí entrava numa certa temperatura lá, né, e separava o álcool, passava nas turbina e já ia para os tanques. Eu comecei lá, aí nas paradas: “o fulano, precisa maçarico aqui, não sei o que lá ali” e eu ia aprendendo. Aí chegou um dia “po, fulano, está precisando de um cara na manutenção, pra fazer horário” “opa, comigo mesmo, já subi pra manutenção”. Trabalhei pouco tempo na manutenção, até fechar.

Na seção *Um pouco de cada um* do jornal *Prevencionista* há várias histórias de vida através de entrevistas feitas na época de então trabalhadores e moradores da Usina. A passagem por vários setores mostra um cenário de ascensão social vinculada à profissão, basicamente ligada da lavoura para a usina e de setores dentro da usina para oficinas ou administrativo. Entre eles, um cortador de cana é interrogado sobre suas ambições: - “*Se trabalhar no transporte for uma ambição, eu tenho*”. Há uma complementação dos dois casos: “entrar na usina” visa a ascensão social ao garantir moradia e proximidade da família do trabalho, ao deixar de ser volante; ao mesmo tempo, que a mudança de profissão está atrelado ao “jeito”, à amizades e inimizades, e aos contatos patronais de longo prazo.

Outra consequência da sazonalidade na produção do açúcar é o fluxo de força de trabalho empregada, mas que fica ociosa no período da entressafra. Leite Lopes (1978) sustenta que esse exército de reserva é uma das principais causas da

aceitação das condições de vida e trabalho analisadas na sua obra. Na Usina Paredão, a quantidade de força de trabalho empregada no período da safra começou a extrapolar seu contingente interno das casas das colônias principalmente na década de 1980, incentivado pelo crescimento agrícola e industrial. Esse movimento fortaleceu a ação do *gato* e da transformação do *gato do campo* para o *gato da cidade* este um *agenciador de força de trabalho*.

Durante este período da entressafra, que durava por volta de quatro meses, a atuação dos funcionários das oficinas era requerido de maneira mais contínua. As máquinas são todas revisadas, as peças gastas trocadas ou reparadas. Alguns operários da indústria e da lavoura eram requeridos para serviços básicos, entre eles o plantio, adubagem, etc., mas não era suficiente para empregar de maneira contínua todos eles .

A Usina, então, utilizava tanto a força de trabalho ociosa desses funcionários, como dos chamados “dependentes” para tarefas da entressafra. Utilizavam o sistema de rotação de plantio da terra com amendoim para não deteriorar e garantir a fertilidade do solo. Essa atividade manual também remunerada por produção requeria muita força de trabalho que estava à disposição nos familiares das colônias da usina, os “dependentes”.

P: Aí tinha a época de bater amendoim... a mulherada arrumava um biquinho nessa época... não sei pra onde que era, devia ser lá pras fazenda...

Essa relação da usina com os “dependentes” será abordada no próximo capítulo, principalmente no que tange às suas condições de vida no cotidiano e como variavam.

3. DAS CONDIÇÕES DE VIDA

O presente capítulo pretende analisar as condições de vida na Usina Paredão, principalmente no que se refere ao cotidiano de seus ex-trabalhadores/as e ex-moradores/as nas colônias. A carga conceitual desse termo vem trazendo implicações durante toda essa monografia que serão debatidos nesse capítulo. Há que pontuar, sobretudo, o reconhecimento por parte dos ex-moradores e ex-trabalhadores do local onde habitavam: não era bairro ou rua, mas *colônia*.

Foi apresentado no primeiro capítulo, que, para Stolcke (1986) as colônias eram um enfileirado de casas onde moravam os colonos. Mas mais do que isso, o colonato que as envolvia era um sistema de controle e fixação da força de trabalho individual e familiar com forma mista de remuneração - por tarefa e por colheita - envolvendo culturas alimentares de subsistência, característico, mas não só, das fazendas de café do Estado de São Paulo durante toda primeira metade do século XX.

O complexo cafeeiro acarretava uma relação simbiótica entre o café, enquanto cultura comercial, e os gêneros alimentícios. As grandes fazendas podem ter reduzido, em épocas de preços favoráveis do café, os direitos de autossubsistência, mas eles nunca foram totalmente suprimidos e, ao mesmo tempo, aumentou a produção alimentar nas novas fazendas. Foi essa complementaridade entre o café e as culturas alimentares no colonato que deu aos fazendeiros uma flexibilidade especial para se ajustarem às flutuações no rendimento e nos preços do café. A autossubsistência dos trabalhadores empregados em unidades familiares permitiu uma redução, em comparação com o trabalho assalariado puro, no custo da reprodução da força de trabalho. Mas a autossubsistência também funcionou como uma espécie de amortecedor que ajudava a absorver parte do impacto das condições adversas do mercado (STOLCKE, 1986: 93).

Desta maneira, o colonato construiu e manteve um grupo homogêneo de trabalhadores; sobreviveu a primeira crise do café em 1900 – 1905; a crise mundial do capitalismo em 1929 e à Segunda Guerra Mundial, que todavia começou a cambiar suas condições devido às legislações, desenvolvimento tecnológico e às reivindicações dos trabalhadores rurais, eliminando-o por completo nas plantações de café, segundo Stolcke (1986) na década de 60.

Delma Pessanha Neves (2008) discute a morada e o colonato como formas tuteladas da condição camponesa na agroindústria exportadora em seus estudos no Estado do Rio de Janeiro. Ela utiliza entrevistas com ex-colonos e ex-moradores vinculados à cultura de café e cana de açúcar a partir da reconstrução *a posteriori* da memória social no registro de suas experiências sociais.

A autora é muito clara ao definir o colonato e a morada como

[...] formas de imobilização da força de trabalho em que o proprietário de terra, controlando os trabalhadores para disponibilidade plena nos

momentos de pico produtivo, liberava-se dos custos de reprodução da mão-de-obra naqueles períodos de diminuição das atividades agrícolas. Apresentavam-se como sistemas de remuneração por tempo de serviço, tarefa e produção, combinados com plantio de lavouras de subsistência, vigentes em determinados contextos socioeconômicos em que a estrutura de poder nas *fazendas* fundava-se em relações personalizadas e regras consensuais. (NEVES, 2008: 137).

Deste modo, Neves (2008) sustenta que essa forma de imobilização, e também de exploração, da força de trabalho subordina econômica, social e politicamente os colonos e moradores ao proprietário da terra. Mantendo relações de dependência que

[...] era regulada por determinados valores consensuais que impunham aos *fazendeiros* certas obrigações e respeito para com os direitos dos *moradores* e *colonos* às lavouras de subsistência e à criação de animais de pequeno porte, e ainda à meação do rendimento obtido na cultura extensiva e de fins comerciais, apenas para os *colonos* (NEVES, 2008: 138).

Com certa autonomia para produção de bens alimentícios e a quase ausência de remuneração esta forma de utilização da força de trabalho propiciava “[...] a transferência dos prejuízos causados por instabilidade de preços e por falta de sistematicidade nas condições de pagamento do produto mercantil transferido à cadeia de comercialização” (NEVES, 2008: 138). E que, somados as relações paternalistas e clientelistas de *ajuda* do proprietário à família do colono, na qual contribuíam para o rebaixamento do valor da força de trabalho do colono ao realizarem trabalho gratuito para o patrão, na contrapartida da cessão de terra para a produção de subsistência.

Moacir Palmeira (1977), em outra instância, também recorre à memória social para recuperar a história e elucidar, através de entrevistas, as relações sociais do campesinato das regiões açucareiras no nordeste brasileiro em meados da década de 1950, considerando as relações entre proprietário-de-terra e morador. O autor é cuidadoso ao lidar com a memória dos ex-moradores pela possível idealização que recordações do passado podem suscitar. Nesse sentido, recorre a “recomendações weberianas”, de tipos-ideais, em estado-puro para elucidar essas regras de coexistência social.

Palmeira (1977) é enfático ao definir *morar* segundo os trabalhadores da

cana:

Se para o nosso senso comum urbano *morar* significa simplesmente “habitar”, para os trabalhadores da cana, as coisas se colocam de maneira diferente. *Morar* significa ligar-se a um engenho e ligar-se de uma maneira muito particular. Nada é mais comum do que um trabalhador corrigir uma utilização imprecisa por parte do pesquisador dos termos *morar*, *morada*, *morador*. *Morar* está sempre associado a *engenho*, mesmo quando se trata da propriedade de uma usina (PALMEIRA, 1977: 204).

A vinculação da moradia ao trabalho é central na obra do autor. Esta relação é estabelecida particularmente no contrato entre o morador em potencial e o proprietário da terra. Essa relação morada-trabalho implica outras condições, como a condição que a casa permita o sustento de toda família do morador – com um pedaço de terra para plantação de subsistência, variando em extensão e qualidade - e lhe permita as vantagens do trabalho.

Nesse sentido, a variação entre a qualidade e quantidade de terra e o tipo de trabalho contratados estratificam e hierarquizam os moradores em relação ao proprietário de terra. O *sítio*, por exemplo, como condição aspirante do morador, depende da sua relação com o proprietário e varia da sua função, fidelidade e proximidade com patrão, para obter certa autonomia em sua produção.

Há desta maneira, o reconhecimento da relação de morada à de sujeição, como sinônimo, pela vinculação direta da morada ao trabalho, mais especificamente aos dias de trabalho e à meação da produção que o morador presta ao proprietário, dependendo da relação de barganha estabelecida entre eles, fortemente dependente da sua importância e da abrangência das tarefas prestadas.

Em referência à qualidade do trabalho e à autonomia do morador, a posse dos instrumentos, ou dos meios de produção apresenta sua relação no que diz respeito ao reflexo da qualidade do instrumento da atividade realizada. Todavia, o autor defende que não cabe essa discussão, tendo em vista a posse de ferramentas de trabalho que acabam sendo motivo de competição entre os moradores.

Nesse sentido, há que questionar não só a separação dos meios de produção do trabalhador, mas a expropriação do trabalhador de suas “condições de produção”. No caso analisado pelo autor, “condições de produção” significam uma forma de dominação específica, sofrida e interiorizada pelos trabalhadores, em nome da qual – mas não necessariamente pela qual – denunciam a ilegitimidade

das formas novas – mas não necessariamente mais suaves – de submissão aos patrões, que, em muitos casos, são os de sempre. (PALMEIRA, 1977: 214).

Entre outras formas e exemplos do sistema de colonato, Ângela Cristina Ribeiro Caíres (2008) faz um estudo de grande importância ao analisar o colonato na Usina Tamoio²⁵ - da sua ascensão a partir de 1917 ao fechamento na década de 1990 - umas das usinas mais expressivas da região de Ribeirão Preto e do país. Importante destacar o processo pelo qual passou a Usina Tamoio - da decadência do café à substituição pela cana; no aproveitamento da força de trabalho das duas culturas pelo sistema de colonato; e pela própria construção e constituição interna da usina – tendo em vista algumas proximidades com a Usina Paredão.

Caíres (2008) expõe que no processo de compra e expansão das terras da Usina Tamoio para o plantio de cana, foram incorporadas diversas fazendas cafeeiras vizinhas, que possibilitou a absorção da força de trabalho disponível dos colonos, bastando a eles apenas que se adaptar do trabalho na lavoura açucareira. Nesse sentido, além desses trabalhadores locais, vários imigrantes europeus foram atraídos pela propaganda positiva que girava ao redor do proprietário Pedro Morganti, descendente de italianos.

Desta maneira, a autora discorre sobre o recrutamento do trabalho familiar:

[...] que trazia consigo uma experiência de trabalho agrícola, muitas vezes de colonato, levou-nos a pensar nas vantagens que isso representou em termos econômicos, com a liberação de dispêndios para treinamento e adaptação, além da reapropriação de um sistema de “disposições culturais”, um *habitus* (Bourdieu, 1989) incorporado por essas famílias que vinham para a Tamoio (CAÍRES, 2008:170).

A presença da administração personalizada e paternalista na vida material, cultural e religiosa dos trabalhadores estava composta pela constituição urbana que

²⁵ Um fato curioso é a relação de proximidade entre os Wirth, Giorgi e Morganti pelo escritório de advocacia que os auxiliava juridicamente. Como foi exposto por Guilherme Giorgi em entrevista:

“Entrevistador: E como que ocorreu o processo da compra dos suíços?”

Guilherme Giorgi: Bom, a vinculação familiar é o seguinte. Os meus antecessores, meus pais e tios, eram muito amigos dos Morganti, que eram donos da Usina Tamoio. O escritório de advocacia que servia às nossas empresas era o mesmo escritório que servia à família Wirth e provavelmente foi de interesse deles naquela época investir – porque eles eram do ramo têxtil – investir em uma coisa diferente. Pela amizade que eles tinham com a família Morganti que era dona da Usina Tamoio, eles então se interessaram em comprar a Paredão”.

circundava o complexo da sede industrial

[...] equipada com cinema, teatro, dois clubes recreativos (Cruzeiro e Rancho Alegre – de brancos e de negros, respectivamente), armazém, ambulatório médico, farmácia, lojas de tecidos e de ferramentas, hospedaria, estádio esportivo, suntuosa igreja, escolas, bares, um conjunto de aproximadamente trezentas casas localizadas em um espaço esquadrinhado e ocupadas conforme a posição dos trabalhadores no processo produtivo, e dezesseis seções agrícolas estrategicamente localizadas, onde foram construídas mais de 1.200 casas, igrejas, campos de futebol, escolas rurais etc., a usina mantinha uma organização social considerada exemplar para a época (CAÍRES, 2008: 167).

Como foi apresentado no primeiro capítulo, a passagem da cultura do café para a da cana de açúcar aconteceu a partir da década de 1930 interpelada pela crise de superprodução de 1929, que fez despencar o preço do café no mercado mundial, promovendo, entre outras consequências, a diversificação das culturas agrárias na região. Nessa época, várias fazendas tinham recém plantado café e conformado suas colônias, entre elas, as colônias da Fazenda Paredão e seu desmembramento na Usina Paredão.

As características do colonato apresentadas por STOLCKE (1986), NEVES (2008) e PALMEIRA (1977) estiveram presentes no cotidiano da vida dos moradores da usina (consequentemente no trabalho) em grau maior ou menor dependendo do local da colônia e do tempo em que se analisa até seu fechamento. Mantidos nas bases do trabalho familiar, da moradia e do acesso ao roçado de subsistência e submetidos econômica, político e socialmente ao clientelismo e ao patronato da administração coexistiu na Usina Paredão uma variação e complementação do sistema de colonato puro e do trabalho assalariado puro.

Um fato importante é que, em campo, somente foi destacada a expulsão de moradores e trabalhadores das colônias no seu processo de fechamento no começo da década de 90. Todavia, não foram expulsos durante seu funcionamento, no processo de desenvolvimento tecnológico e de reivindicação e implantação das legislações trabalhistas relacionadas ao setor rural - CLT, Estatuto da Lavoura Canavieira, Estatuto do Trabalhador Rural, Estatuto da Terra – que colocou o Estado como intermediário e reteve as expropriações indevidas dos patrões - apresentado no capítulo 2.

Isso não quer dizer que sempre foram as mesmas pessoas e famílias que viveram e trabalharam durante toda existência da Usina. Havia certa rotatividade das casas por demissão do trabalhador que acarretava também na saída dos seus “dependentes” e pela ascensão social acompanhada nos cargos.

A manutenção de colônias até o encerramento das atividades industriais da usina na década de 90 é consequência imediata das interpenetrações entre o sistema de colonato e de assalariado em coexistência. O Estatuto da Lavoura Canavieira de 1941 estabelecia vários critérios quanto ao contrato de meação, parceira, condições de moradia e do roçado de subsistência e instituía a instância estatal como fiscalização contra imparcialidades patronais gerando grandes penalidades. Neves (2008) sustenta que tal modelo foi sendo marginalizado pelos patrões que expulsaram os trabalhadores locais destruindo as colônias e contratando assalariados volantes já a partir dos anos 40.

Ao invés da usina estruturar um contrato de colonato, ela contratava individualmente as pessoas como trabalhadores assalariados, mesmo mantendo-as nas casas das colônias e seguindo os requisitos sociais previstos pelo Estatuto e pelas leis subsequentes. Para evitar processos de usucapião das casas, por exemplo, a administração descontava diretamente da folha de pagamento um pequeno aluguel de valor simbólico (pelo menos das folhas de pagamento que se teve acesso), em resistência a futuros processos²⁶.

Essas transformações tiveram consequências nos roçados de subsistência. Como na cultura do café o cultivo desses alimentos era feito no intercalar das ruas, nas colônias que ficavam mais próximas ao parque industrial, o roçado estava reduzido ao quintal das casas, não passando de um pequeno complemento na renda, muitas vezes com hortaliças, frutas, mandioca, jardinagem etc. e com animais de pequeno porte como galinhas e porcos.

Leite Lopes (1978), ao estudar os operários do açúcar no nordeste brasileiro, destaca a cessão de pequenos espaços de terra em locais inapropriados para o cultivo da cana, em várzeas e morros, distantes das casas para a cultura em

²⁶ Ver Anexo I – Holerite trabalhador das oficinas.

roçados. Nas entrevistas e conversas em campo, não foi mencionado nada nesse sentido, somente a utilização de terras para cultivo nas colônias das fazendas. Entretanto, a utilização das várzeas para a plantação de arroz era feita por parte da administração como foi apontado no *Prevencionista* e era utilizada para abastecer o armazém junto com outros alimentos cultivados nas fazendas. Como também foi apresentado pelo casal de ex-moradores e trabalhadores:

E: Mas plantava só amendoim ou arroz, feijão, abóbora também?

C: Ali indo pra [Fazenda] Santa Maria, [Fazenda] Guataporanga não tem aqueles brejo ali? Ali chegou um tempo, ali pessoal arrancou todo aquele brejo ali e plantou arroz.

E: Mas aí esse arroz ia pra usina ou ficava pro povo?

C: Acho que eles colhiam, faziam o processo e voltava pro armazém...

P: Feijão eu sei que eles plantavam, feijão do armazém era novinho...

...

P: Sabe aquele açúcar sujo que você não vai usar? Esse açúcar que vendia lá na usina. O refinado ia lá pra fora. A água do café ficava até preto.

C: Não era mais sujo, aquele que não clareava bem, vendia no armazém.

Desta maneira, o armazém adquire papel central na dinâmica da vida das pessoas na Usina ao substituir o roçado e centralizar a alimentação na compra e venda de seus produtos - consequentemente na administração que a gere. Leite Lopes (1985), ao analisar a cidade de Paulista em Pernambuco, regida e construída ao longo do tempo pela Companhia de Tecidos Paulista, estabelece a forma de dominação sistêmica que a companhia exercia sobre as condições materiais de existência dos trabalhadores e de suas famílias.

O autor defende que o Sistema Paulista esteve constituído:

[...] através do recrutamento ou atração da mão de obra em larga escala do *interior*, que constitui-se numa importante demanda para uma produção agrícola alimentar; através da complementariedade entre o abate e o transporte de lenha para as caldeiras da fábrica e a utilização das terras restantes para uma produção agrícola canalizada para o atendimento daquela demanda; através do controle dos preços que se exerce sobre a produção agrícola obrigatoriamente comercializada na feira de Paulista e em grande parte transportada gratuitamente por trem; através da concessão de roçados em grande escala às famílias de operários como atividade vinculada aos “velhos”, reforçadora da “moral do trabalho” inculcada

pela companhia [...] (LEITE LOPES, 1985: 107).

Assim como foi pontuado por Leite Lopes (1985: 107), a construção deste “sistema” não foi um processo intencional e esteve sujeito a contradições. Desta maneira, consideram-se os condicionantes históricos que levaram a constituição dessas formas sistematizadas do armazém na Usina. Entre todas essas características componentes do Sistema Paulista, o controle dos preços e o transporte da produção de alimentos devem ser apontados no caso do armazém da Usina Paredão.

Assim como previa a Lei do Patronato Agrícola – Lei n. 1299/A de dezembro de 1911 eram lançados mensalmente nas cadernetas do armazém da Usina os “débitos” e “créditos” de cada família colona vinculada à folha de pagamento do trabalhador, na maioria das vezes o patriarca da família. É evidente que não havia a obrigatoriedade de se utilizar o armazém e de uma maneira ou de outra, as famílias buscavam outras formas de comprar seus alimentos nas cidades vizinhas, ou de produzi-los em escala maior ou menor dependendo do roçado, mas também a que considerar o certo isolamento da Usina baixo uma serra de três quilômetros da cidade de Oriente.

A principal discussão encontrada nas conversas em relação ao armazém foi sobre o preço dos produtos. Alguns afirmavam que tudo era vendido a preço de custo, cabendo somente ao controle da família em gastar mais ou menos para fazer o salário render e recebê-lo sem maiores descontos no final do mês. Quando se questionava sobre o endividamento das famílias no armazém, as pessoas vinculavam à quantidade de filhos da família e ao controle estipulado a eles na retirada de produtos²⁷.

Há, todavia, outro ponto a ser introduzido a essa discussão, que diz respeito aos salários. Em outro momento da entrevista, “C” descreve as necessidades que a

²⁷Em entrevista com ex-trabalhador e ex-moradora:

E: E o armazém era mais caro que na cidade?

C: Nossa senhora, era mais caro. Eles enfiava a faca em cara, se aproveitava do povo, ganhava dinheiro em cima das costas do povo ali. Oh, o salario nosso ficava tudo ali. Chegou uma época que a gente devia quase duas compra... rapaz oh, você precisava comer, precisava vestir, precisava comprar sapato.

...

E: E tinha mais gente que passava necessidade assim?

C: Ah tinha em... Fulano... tinha muito filho né...

família passou e o caminho que ele e o pai fizeram para aprender a cortar cana e ultrapassar a cota das 10 toneladas cortadas e assim sair do *bolo* e integrar o grupo de elite dos cortadores de cana. Nesse sentido, “C” destaca que somente assim pode pagar as contas atrasadas no armazém (que chegaram a “duas compras”) e retirar o salário para poder comprar fora do armazém da Usina.

C: Nós chegamos aqui em 82, aí 82, 83, 84 e 85 nós passamos necessidades, quem ajudava era os outros, a colônia se reunia o pessoal levava uma cesta básica lá em casa. Nossa, minha mãe tinha vez que chegava lá ela estava chorando. Aí ia lá no açougue, no matadouro e ia lá e pedia e o homem dava pé de boi, que é o mocotó, bucho, tudo sujo, nada de limpinho, aí quando chegava em casa minha mãe fervia tudo aquilo lá, limpava tudo o mocotó, aquele bucho tudo e fazia. Aí pegava fubá, fazia fubá, polenta ou mingau e meus irmão comia aquilo lá. Eu e meu pai, nós ia pra trabalhar sem nada.

...

C: Como falei pra você, nos ficamos quase três anos passando necessidade. Quando vim pra cá, nós não sabia cortar cana, ninguém sabia cortar cana, então nos queria trabalhar dentro da usina, mas quando a gente chegou aqui já estava tudo completo, aí mandou nos para cortar cana. Aí rapaz, meu deus do céu, até aprender foi uns três anos. Aí no quarto ano, eu e meu pai conseguimos trabalhar, ralar bastante, e conseguimos pagar o armazém, pagamos o armazém, depois a gente ia na dona Aurea (em Oriente) e comprava na dona Aurea.

...

C: Trabalhamos 3 anos e no 4 passamos as 10 toneladas. Aí nos conseguiu sair do armazém. Aí melhorou, aí nos trabalhou na roça mais uns quatro anos nas 10 toneladas e eu fui para usina.

Desta maneira, pode-se interpretar que dois salários fixos do *bolo* não eram suficientes para sustentar uma família volumosa, seja pela falta de controle das crianças por parte da família que podiam retirar produtos do armazém; seja pelo baixo valor pago nos salários somado a outros descontos ou pelo elevado preço das mercadorias no armazém²⁸.

Além do armazém, responsável pela venda de secos, enlatados, conservas e gêneros alimentícios em geral, também existia na Usina padaria e açougue, cada um

²⁸ O questionamento quanto ao valor do salário foi reconhecido por um ex-trabalhador ao conseguir emprego em outra usina da região. Todavia, há que interrogar se o salário era mesmo baixo ou se os descontos dos serviços prestados pela Usina, descontados direto da folha de pagamento, faziam o salário render menos:

C: Aquilo lá, pra nos das 10 toneladas era uma beleza, que só ia deitando e ia embora, delicia. Se eles pagassem bem pra nós, rapaz do céu... trabalhei na nova américa, ganhava bem mais que na paredão, mesmo dentro da indústria, ganhei muito mais dinheiro. Porque eu só consegui trabalhar na [Outra Usina] quando sai da Usina [Paredão], que eles falaram, você só vai poder trabalhar lá quando sair da casa.

com seu sistema de controle para a retirada dos produtos. Na padaria existia uma ficha-cartão que controlava a quantidade semanal de pão solicitada e destinada a cada família, assim como o leite que vinha das fazendas do grupo, da mesma forma que a carne que ia para o açougue ²⁹.

A “fila da carne” como forma de organização do açougue, expôs algumas distinções e privilégios entre os funcionários e a maneira paternalista e clientelista da administração nas dinâmicas internas das questões sociais da Usina. Como foi apresentado em entrevista com uma ex-moradora:

“E: Então era um pedacinho de carne toda semana, só?”

P: É, por exemplo, toda segunda tinha, acho que era terça e sexta. Era no dia que matava o boi. Aí levava pra sede e distribuía (...) quem trabalhava no escritório, a carne já levava pra eles. A gente tinha o Fulano e o Beltrano [irmãos] que trabalhava no escritório, a minha mãe nunca deixou ele na fila da carne. Agora quem trabalhava nas lavouras tinha que enfrentar fila, aí que tipo assim, tinha gente que ia quatro e meia da manhã, cinco horas e já ficava lá; tinha gente que ia lá com burnalzinho lá e o burnalzinho era dele. Ishi, dava tanta briga na fila da carne, porque aí um passava na frente do outro, ou pegava uma carne não sei o que. Porque as vezes o próprio açougueiro tinha uma amizade mais assim com as pessoas que com as outras, quer dizer “ó, só tem isso”. Aí vamos supor que eu chego lá e fala, “só tem musculo” e eu pego o musculo, e chega outra e fala que tinha uma carne bem melhor que o músculo e estava atrás dela, nossa. Então era assim, tinha que ir cinco horas da manhã buscar carne. Leite tinha que ir nove horas.”

Pode-se perceber que a simples submissão das pessoas à fila é apontada como depreciativa. Enfrentá-la a partir da madrugada para garantir um pedaço de carne de melhor qualidade (às vezes apenas alguma carne³⁰) torna-se um meio de superar esses privilégios de alguns setores (do escritório, por exemplo, ou da sede, administração, ou de alguma proximidade pessoal com o açougueiro). As brigas são uma consequência imediata à inconformidade com tais privilégios.

A busca por carne por parte dos trabalhadores da lavoura, moradores das fazendas no armazém, também é uma consequência das transformações do sistema

²⁹ Como apresenta uma ex-moradora da Usina:

“Não, o leite e o pão era feito. O leite e o pão tinha um cartãozinho assim, que nem, nossa família pegava vamos supor três pão grande, eles sabia que tinha que dar três pão grande, sabe? Já tinha lá a relação. Só que era assim, o pão era um absurdo, se você pegasse quatro pão, nossa. Então tinha que pegar três e dividir na família, senão pagava muito no final do mês”.

³⁰ Como foi apontado anteriormente por “C” a busca que sua mãe fazia por mais carne ou algum tipo de carne no matadouro das fazendas.

de colonato para o assalariado em suas misturas e complementações. Como era comum a utilização de gado para transporte da cana, alguns colonos mantinham algumas poucas cabeças de gado para procriação e produção de leite em conjunto com os roçados de subsistência e criação de pequenos animais como apresenta Neves (2008) nas colônias de cana de açúcar no Rio de Janeiro:

A fazenda abrigava assim não só a residência do proprietário e administrador, como as dos colonos e moradores; as roças de cana, de mandioca, aipim, abóbora, batata-doce, milho e feijão principalmente; as hortas dos colonos e moradores; o pomar; o terreiro das respectivas casas para a criação de animais de pequeno porte, no caso dos fazendeiros, e de aves (e raramente porcos), dos colonos e moradores; o pasto, os cercados e os currais para a criação de gado pelo proprietário, onde colonos e moradores podiam manter umas poucas cabeças, na maior parte dos casos sob meação. A criação de gado voltava-se para o corte e para a constituição de um rebanho destinado às atividades de tração com o aradinho e as carroças ou cambonas que transportavam as canas (NEVES, 2008: 145).

As mudanças tecnológicas a partir dos anos 1950 transformaram essa condição do colonato. O gado de transporte foi substituído pelo trator e caminhão e pelo gado de abate, selecionado por raça e linhagem, com valor agregado muito maior para o capitalismo. No caso específico, a Usina Paredão esteve em sociedade com Agropecuária Santa Maria do Guataporanga que além das plantações de cana mantinham pastos para gado.

Conforme foi apresentado anteriormente com Palmeira (1977), a *sujeição* estabelecida entre morador-trabalhador e o proprietário da terra, no que diz respeito aos acordos de trabalho estabelecidos e quanto à meação da produção e do roçado de subsistência, permeiam a autonomia do trabalhador quanto às “condições de produção” que estavam relacionados, não só pelo acesso à terra, mas ao tempo de trabalho disponível para isso.

Mesmo com o distanciamento geográfico dos objetos estudados, há que considerar essas questões de autonomia na produção material da vida na Usina Paredão. Essa sujeição nas fazendas passou a um modo diferente ao se restringir a autonomia do morador-trabalhador somente ao roçado e à criação de animais de pequeno porte. Ainda mais nas colônias próximas à Usina que tinha um espaço bem reduzido, sujeitos ainda mais às dinâmicas do armazém. Desta maneira, a relação

de distância geográfica entre as colônias que circundavam o parque industrial e as colônias das fazendas, também esteve relacionada a uma distância simbólica entre o colonato e seu benefício com o roçado e o assalariamento puros, restrito a compras³¹.

Há que pautar também que a utilização do armazém mantinha o caráter de desmonetização do colonato ao descontar diretamente da folha de pagamento os créditos dos débitos, permitindo, principalmente a partir dos gêneros que eram produzido pelas fazendas da Usina, manter maior estabilidade nos tempos de crise.

Assim como a fila da carne, as distinções e privilégios entre os funcionários e a maneira paternalista e clientelista que administração lidava com essas questões estavam expressas nas colônias, que estava relacionado também à relação familiar herdada do colonato.

O diálogo com um casal de ex-moradores e ex-trabalhadores introduz algumas primeiras questões sobre as diferenças a partir das casas:

P: Aí no dia da compra [no armazém] era assim: tinha, vamos supor, tinha tal dia, aí começava o bosque, depois tinha a colônia da usina, cada dia era um, primeiro as colônia, depois as fazendas.

C: Nossa quando a gente ia fazer compra não tinha quase nada.

P: Ah, mas nunca faltava não.

C: Mas sempre tinha.

P: Só que não podia comprar tudo que tinha né.

...

P: Por exemplo, a pessoa é lá do paredão, namora uma pessoa aqui do bosque, pessoal dava um jeito de entrar pra indústria. Nunca deu pra entrar, mas quando namora, casa dá... tinha que ter um amigo ali dentro pra entrar... e se tiver um amigo e um inimigo também não entrava...

...

C: Minha família era necessitada, rapaz, não sei como a "P" quis namorar eu, pobretão, não tinha nada...

P: Em vez dele salvar eu de princesa, eu que fui lá salvar o príncipe...

C: Ela que foi me buscar de cavalo branco (risos)

A divisão por colônias para organização das compras no armazém, além da

³¹ Esta reflexão surgiu por meio do diálogo com ex-moradores e ex-trabalhadores da Usina. Passar mais ou menos necessidades quanto à alimentação foi pautada e relacionado ao acesso à terra para o plantio

"P: Das fazendas acho que passava menos necessidade que nas colônia, porque era um povo que fazia, eles podiam plantar, criar, podia o próprio pão... sempre tinha uma galinha... as galinha feita por aquela mulherada lá era boa demais..."

questão prática, obedecia também uma hierarquia entre os aglomerados. “P” morava na Colônia do Bosque, que era destinada a trabalhadores das oficinas, da indústria, da administração e chefias; ao contrario de “C” que morava na Colônia do Paredão, mais distante da indústria e voltado basicamente aos cortadores de cana. A preferência da compra para as casas da Colônia do Bosque estava relacionada a essa estratificação social incorporada nas colônias, mas também vinculada ao histórico familiar dos trabalhadores mais antigos que tinham postos de trabalho mais importantes nas dinâmicas do açúcar.

A ascensão social, desta maneira, também estava relacionada à mudança de casa, além da ascensão nos postos de trabalho como foi comentado no capítulo 2. “P” de família tradicional, nascida e criada na Usina, casa-se com “C”, que voltou para a região nos anos 1980, sendo um elo para a entrada dele na indústria e para conseguirem uma casa na Colônia no Bosque depois de casados. A generalização do caso específico próprio feito por eles não pode ser visto como caso isolado, mas como um caso provável no meio do conjunto de possibilidades e variações vivenciadas por eles, mas também não cabe estabelecer uma estruturação tão rígida a essas divisões, como já foi apontado anteriormente com Leite Lopes (1985: 107).

Essa ascensão social interna ainda estava acima de outra que correspondia à entrada dos trabalhadores volantes às dinâmicas internas. O volante, boia-fria, trabalhador temporário de época de safra, solteiro ou distante da família, buscava sua ascensão social ao sair do intermediário do *gato* e do alojamento dos solteiros e conseguir contrato direto com a usina para assentar-se e morar ou constituir-se com a família.

Este alojamento dos solteiros, também conhecido como biongo (na etimologia da palavra, biongo significa compartimento ou casebre de palha) era um enfileirado de vários quartos pequenos acompanhados de um grande corredor onde viviam temporariamente os trabalhadores³², estando mais afastado das colônias.

Desta maneira, a distribuição das construções também simboliza e estrutura essas diferenciações. Logo após o portão principal da Usina, na estrada que segue

³² C: *Os boia fria vinham de Quintana, Paulópolis, Tupã... aí tinha os caras que vinham de outras cidades, que não tinha como ir e voltar e morava no biongo... um monte de casinha, vários quarto, o meio era um corredor grande... cabia só uma cama de solteiro e um criado-mudo (cômoda).*

até a planta industrial ficava, à direita, a escola, seguida da Colônia Roxa; à esquerda, a igreja, com um grande gramado, era seguida do clube; no final da rua ao virar à direita, subindo, esteve a Colônia do Bosque, e à esquerda todo parque industrial. Seguindo essa rua, sentido parque industrial, à esquerda ficava o armazém, a farmácia e a entrada para o bairro dos moradores da administração que ficava logo atrás. Mais a frente ficava a colônia da usina. Mais distante ficavam as colônias do paredão e do chapadão, ademais das colônias das fazendas que circundavam a indústria por vários quilômetros, principalmente ao norte chegando quase em Rosália³³.

Pelas limitações de tempo, não foi possível visitar todas as colônias, no sentido de saber como estão ou como eram, mas, por algumas fotos e pelas conversas, todas as casas da Colônia do Bosque e da Usina eram feitas de alvenaria, assim como do Bairro da Administração, a sede, farmácia, armazém, o parque industrial, etc., enquanto que Colônia Roxa, Chapadão, Paredão e das fazendas eram de madeira, por terem sido desmanchadas.

Entretanto, muito além das divisões entre os funcionários e as divisões das casas da colônia, um fato importante fica destacado no distanciamento da sede e do Bairro da administração. A própria diferenciação do termo “colônia” para o termo “bairro” esboça simbolicamente o distanciamento social. Nesse bairro, viviam os engenheiros e gerentes e na casa grande da sede, os donos, rodeados por um grande jardim e pomar com frutas.

O tema referente à conservação das casas esteve bastante presente nas conversas em campo. A boa qualidade e o bom tamanho delas foi bastante pautado pelos ex-moradores e ex-trabalhadores. Dona Maria Alice e Sr. Guilherme Giorgi reforçaram o esforço de manter o reparo das casas principalmente de higiene geral no interior e no exterior³⁴.

33 Ver Anexo J – Visão aérea Usina Paredão.

34 Entrevista com Dona Maria Alice e Sr. Guilherme Giorgi:

M: Então essa parte é que eu via mesmo, da higiene, se tinha lata de lixo, se tava dentro, se não tinha mosca, essas coisas como mulher da cidade me impressionava muito, né. E em relação às casas, a primeira coisa que eu vi, quando eu cheguei lá, estava um impasse. A administração era muito pressionada porque pediam reforma, pediam puxadinhos, puxadinhos...

...

G: E tinha o problema da manutenção das casas. Então eu comecei a perceber que tinha gente que era mais privilegiada do que outra. Então a Maria Alice saía com o rapaz da construção e com o ra-

As cobranças por parte dos trabalhadores e moradores quanto à manutenção e aumento das casas nos “puxadinhos” foram abordadas no *Previsionista*. A primeira delas esteve na edição número 44 de outubro de 1987 que exaltava os gastos sociais da usina com a conservação das casas, contrapunha o preço dos alugueis na cidade e o benefício de “ganhar” uma casa da usina (*‘veja como você é um privilegiado em relações a milhões de pessoas que sofrem por aí a fora esse problema de moradia’*) e solicita compreensão dos colonos, *‘pois na medida do possível a Empresa irá realizar o que for indispensável e necessário’*. A segunda referência da edição número 60 de novembro de 1988 vai ao sentido de solicitar a continuidade por parte dos trabalhadores e moradores da manutenção como cuidados com a limpeza, pintura e jardins, não sendo responsabilidade da empresa.

As questões quanto as moradia em colônias ou bairros com vila operária estão presentes nas discussões acadêmicas e na literatura. Das moradias de paredes finas dos mineiros franceses no século XIX em *O Germinal* de Zola aos operários da cana de açúcar e da tecelagem em Leite Lopes (1978 e 1985). Este autor em *A tecelagem dos conflitos de classe*, Editora UnB, 1985, resgata a reivindicação dos operários tecelões quanto à conservação das suas casas e a importância para a Empresa nessa conservação equitativa desses ambientes no que diz respeito principalmente à higiene na garantia das condições materiais de existência para a produção. Todavia, em, *O vapor do diabo*, Editora Paz e Terra, 1978, Leite Lopes destaca as diferenças na própria distribuição das casas e as variações das condições de vida dos trabalhadores da agroindústria canavieira:

Com efeito, contrastando com as casas dos *empregados*, espaçosas e confortáveis, de classe média abastada, as pequenas casas dos operários, uniformes e coladas umas às outras, situam-se nos lugares mais poluídos e insalubres das vizinhanças da usina, convivendo com os efeitos dos resíduos do processo de produção do açúcar – a “borra” do caldo, seu mau cheiro e seus insetos; a fuligem proveniente do “bueiro”, a chaminé da usina cuja fumaça, levada pela direção do vento, inunda a casa dos operários; o barulho intermitente dos trens passando pela estrada de ferro que eventualmente passa

paz da carpintaria e pegava uma colônia e ia da cada 1 a cada 10, fazia 1, fazia 2, fazia 3, fazia 4, fazia 5, fazia 6, fazia 7 até a 10, então deixava a casa absolutamente nos trinques. Então, umas casas precisavam mais, outras precisavam muito menos porque as próprias famílias tinham padrões diferentes de comportamento, né. Então durante dois anos que nós moramos lá, toda a parte de conservação das casas das colônias, e eram muitas né. Nós tínhamos boias-frias, mas nós tínhamos um contingente muito grande de trabalhadores.

exatamente colada a fileira de casas operaria (LEITE LOPES, 1978: 176).

Bortolotti (2008) em sua autobiografia descreve as condições das casas nas fazendas:

[...] casas sem forros, sem móveis, sem comida, sem agasalhos, cujos trabalhadores acordavam 04H00 para apanharem o caminhão da turma que os levariam ao cenário fantasmagórico de um talhão de canas retorcidas, queimado de véspera (BORTOLOTTI, 2008: 49).

Entretanto, entre vários cenários possíveis nas condições de vida dos trabalhadores e moradores nas colônias ou bairro de vila operaria, há que destacar o processo reivindicativo pela qual passou as mudanças das casas das colônias frente à administração.

Nesse sentido, Bortolotti (2008) destaca a passagem de um administrador geral:

[...] era o temível chefe que já trabalhara na África e viera para demitir, contratar, promover, criar, equiparar resistência, enfim, mexer em todas as áreas numa autêntica revolução, com plenos poderes concedidos pelos Giorgi, que viam seu patrimônio diminuir nas mãos de chefes incompetentes, conforme rotulados nas reuniões (BORTOLOTTI, 2008: 68).

Sr. Guilherme Giorgi, em entrevista concedida em sua casa em São Paulo capital retoma os acontecidos dessa época por parte desse administrador que:

G: [...] fez as três coisas, as três coisas que, aliás, as duas: brigou com o prefeito, brigou com o padre, só não brigou com o delegado porque ele vivia dando tiro, então ele ficou amigo de todos os policiais da região... mas é uma coisa que não se faz, brigar com o prefeito e brigar com o padre. E aí, naqueles anos 60 começou a sindicalização dos operários rurais, né. E aí houve um período de muita, muito litígio, muita... de ambas as partes, tanto por parte do empregador, como da parte... a coisa começou a radicalizar, radicalizar, e, e... isso era de um modo geral né, em termos Brasil o aparecimento das Ligas Camponesas no nordeste, a sindicalização dos rurais aqui na região sul e a incompreensão total desse administrador no sentido de saber manobrar essas coisas pra poder ter uma vivência. Posso dizer até pra você que ele disse um dia que ele ia amarrar um cabo de aço na torre da igreja e ia derrubar com o trator.

E: Risos

G: E aí, então você... ninguém... ou ele conseguia pessoas pra trabalhar com ele na base do medo, ou ele conseguia que 99% das pes-

soas estavam contra ele, mesmo aquelas que trabalhavam... isso foi muito ruim, tivemos uma seca muito ruim em 1967, e a produção da usina caiu muito. E aí, por varias razões, o diretor que era responsável pela Usina, da família, não quis mais saber daquilo e eu acabei indo pra lá em 68 pela primeira vez para tocar.

Infelizmente não foi possível contato com o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Canavieira de Oriente para maiores detalhes sobre os processos trabalhistas³⁵. Mas ponto principal está no que já foi tratado no capítulo 2: das transformações políticas, sociais e econômicas pelas reivindicações sociais da classe trabalhadora e campestre acompanhadas pelas legislações rurais e trabalhistas, culminando em varias regiões com a expulsão e destruição das colônias e o fim do colonato em substituição pelo assalariamento puro em escala nacional

A conciliação desses sistemas de trabalho foi consequência da atuação da administração nas dinâmicas sociais internas das colônias a partir dos direcionamentos financeiros obrigatórios pelo Estatuto da Lavoura Canavieira e pela Lei 6969/44 destinados à assistência social.

A edição número 34 de abril de 1986 do *Previdenciário* categoriza os setores em que eram “investidas” as verbas destinadas à assistência social: saúde (assistência médica, farmacêutica e odontológica); educação (bolsa de estudo, merenda escolar, material escolar, etc.); espiritual (capela, dízimo, movimento religioso, coral, etc.); recreação (manutenção das equipes de futebol, conservação do clube, e campos de futebol); alimentação (fornecimento de ovos e leite com subsídios para os empregados); e habitação (conservação das casas das colônias e saneamento básico).

Como foi mencionado, existia na usina uma farmácia e ambulatório médico

³⁵ Como a questão comentada pelo Sr. Guilherme Giorgi em relação a equiparação de salários entre lavoura e indústria:

G: Nessa época existia um... processo trabalhista muito grande que era a equiparação do salario da lavoura com o salario da usina. Isso era um cavalo de batalha que examinando realmente a problemática, existiam, de junho a agosto, uma diferenciação de salario. Mas, alias, ao contrario, de junho a agosto, salários eram iguais, porque com o aumento do salário mínimo, era o aumento que era dado ao pessoal da indústria. Então nesse período, o salario mínimo era igual. Mas, isso politicamente foi tratado como um grande problema. E deu, realmente um... como é que se resolveu essa coisa? Com muita conversa. Explicando tudo que ocorria. Com o levantamento feito pela justiça do trabalho das diferenças salariais, se constatou que o que pensavam deste tamanho [gesticula maior], era realmente deste tamanho [gesticula menor]. Então dentro disso eu passei a, instruído até pela diretoria aqui de São Paulo, a tentar fazer acordo com todo mundo.

com enfermeiro, médico e dentista. As questões relacionadas à saúde e acidentes do trabalho estão bastante presentes no jornal *Previsionista*. Essas questões são muito caras às usinas devido aos critérios trabalhistas de indenização e às consequências imediatas de um trabalhador parado. Desta maneira, se destacava o ritmo do ambulatório médico em todos os setores de atendimento – urgência ou rotina - como forma de mostrar a necessidade de prevenção de acidentes, principalmente por virem acompanhadas de charges bastante apelativas³⁶.

Além de algumas escolas rurais nas longínquas fazendas da usina, havia nas proximidades da indústria o Grupo Escolar Maria Milanesi Giorgi³⁷. Como a escola era estadual, a contratação dos professores ficava a encargo do governo do Estado de São Paulo. Porém, todas as outras despesas da escola eram bancadas pela Usina: material escolar e alimentação principalmente.

Em conversa com o professor Carlos que ministrou classes de história e educação moral e cívica durante a primeira metade da década de 80 na Usina, ele reforçou a questão da alimentação “*almoço e janta gorda*” de caldo de mocotó e feijão, relacionando principalmente à turma da noite que era composta de alguns cortadores de cana juntos em uma única turma.

Há que destacar o interesse da Usina em formar funcionários e “dependentes” “interessados” em cursar tanto o ensino médio como o ensino superior (evidente que “interesse” varia e depende muito de condições econômica e social familiar, não sendo uma variante meramente individual, mas social). Garantidos pela verba da assistência social, eles tinham suporte da administração com transporte para cursar o ensino médio na cidade e pagamento da mensalidade da universidade desde que o curso atendesse aos interesses da usina.

Outro ponto importante que além do processo pedagógico que todos os

³⁶ Ver Anexo K – Charges prevenção de acidentes.

³⁷ Trecho da história de vida da professora Elza Ricci Guerra encontrada na ata da 26ª sessão extraordinária da assembleia legislativa do Estado de São Paulo de 14 de março de 2005. Encontrada via internet https://www.al.sp.gov.br/StaticFile/integra_sessao/026aSO050314.htm (acesso 24/11/2017): “1957 – O proprietário da Usina, Dr. Alfredo Giorgi, construiu um prédio novo para a escola, agora com o nome de G. E. Maria Milanesi Giorgi. Para a inauguração, em 14/12/57, houve uma grande festa com a presença do Bispo D. Hugo Bressane de Araújo, o Secretário da Educação Vicente de Paula Lima e o Padre Isidoro Stênico. Tenho fotografias desse evento”.

moradores (trabalhadores e “dependentes”) estavam inseridos ao viverem nas proximidades da usina, constituindo a vida privada nas dinâmicas da fábrica, como os toques das sirenes das jornadas laborais, as dinâmicas intermitentes da safra, etc. A escola também formava as crianças para inserção nesse contexto industrial inserido no meio rural da cana de açúcar. Por exemplo, com visitas à indústria, aulas práticas com hortas, etc. e da própria rotina de alguns dos estudantes que estudavam e trabalhavam: alguns vindos da lavoura para estudar a noite, outros saindo depois da aula da manhã para levar a marmita preparada em casa pela mãe para o pai.

Esse processo de imersão social nas dinâmicas da usina vem primeiramente pelo distanciamento e certo isolamento da usina em relação à cidade. A serra que divide a entrada da usina da cidade de Oriente é de apenas três quilômetros, mas o distanciamento simbólico esteve sempre presente nas falas. Por exemplo, Bortolotti (2013) ao explicitar a tríade Usina – Oriente – Marília quando voltava nos fins de semana para a casa dos pais de trem ou jardineira (ônibus). Um segundo processo que leva a imersão é a autossuficiência: todas as demandas materiais, sociais, culturais, religiosas tendem a ser supridas pela administração da usina, nas imediações territoriais.

Desta maneira, a aplicação dos gastos da assistência social ao mesmo tempo em que garantiam e melhoravam as condições de vida dos trabalhadores e moradores, também os inseria nas dinâmicas internas da usina. A relação festiva relacionada à sazonalidade da safra da cana expressa bastante esse ponto. O começo oficial da safra acontecia no dia primeiro de maio em paralelo às comemorações do dia do trabalhador com uma grande missa de iniciação feita à frente do parque industrial. Ao final da safra, também com grande festividade acontecia um churrasco com os bois das fazendas, que foi matéria no jornal de Pompéia³⁸. Outras festas aconteciam separadamente em cada setor dependendo do ano, em comemoração ao final de safra. Mas principalmente as festas temáticas que aconteciam no clube como carnaval, festa junina (houve até um grande show com Demônios da Garoa) eram geridas pela usina.

³⁸ Ver Anexo L: Grande festejo Usina Paredão: Jornal de Pompeia Edição especial.

Este lazer festivo era acompanhado durante todo o ano pelas atividades do time de futebol da usina. Além dos jogos internos com os times de cada setor, o time principal jogava com outros times de fora, tendo uma rivalidade especial com o time da cidade de Oriente. Interessante pontuar o elo conciliatório que o futebol estabeleceu nas relações patrão-empregado³⁹ e a noção de pertencimento, reconhecimento e identidade que gerava, apontado durante todo o relato de vida de Bortolotti (2008).

Há nos jornais da Usina uma sessão exclusiva destinada aos esportes, envolvendo vôlei, futebol feminino, gincanas, etc., presentes em praticamente todas as edições. Em conjunto, as mencionadas charges e colunas destinadas à prevenção de acidentes de trabalho. Além dessas vários outros artigos escritos pela administração e pelo padre completam a imersão em si e para si no interior da Usina.

Ancorados nas questões sobre acidentes de trabalho, os artigos da administração pautavam a complementariedade de todos os setores da usina, principalmente em relação aos funcionários e a atuação em suas funções. Temáticas como alcoolismo e tabagismo são tratados como suicídio. O bom trabalhador é aquele que nunca falta ao trabalho, é solícito e está sempre a disposição. O acidente de trabalho não fere somente o trabalhador, mas também a família e toda a usina. Assim, busca imergir o trabalhador numa lógica de sociedades complexas de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1999), sendo um grande organismo vivo que necessita de cada setor e funcionário, articulados e funcionando de maneira plena para continuar existindo.

Em contrapartida, mas em complemento, além do ordenamento jurídico que guiaria exclusivamente essa a solidariedade orgânica e nesse sentido a coersão social, na Usina se estabelecia também um forte caráter religioso. O *Credo da Segurança*: (*“Cremos que a eliminação do sofrimento ocasionado por acidentes é*

³⁹ Sr. Guilherme Giorgi na entrevista apresentou esse ponto na época das questões de equiparação salarial. Há que reforçar que, infelizmente não foi possível contato com o sindicato da usina para mais informações sobre essa questão.

G: E eu fui pra lá, e eu tinha muito amigos porque jogava futebol na Usina Paredão Futebol Clube.

...

G: Então aí começou que vinha muita gente pra conversar comigo, tal, não sei, que não pode. Falei: “bom, Coló não existe mais, vamos partir pra outra, né”. Então, esse pessoal do futebol, e de outros também, começou aí uma certa conversa dos dois lados; eles traziam os problemas, falava o que podia fazer, o que não podia fazer, aí foi.

um dever moral, cuja medida adequada depende diretamente do nosso desempenho”) expressa diretamente esse ponto. Como também os artigos escritos por padres que contribuíam para garantir a “sinfonia harmônica continuada de paz social”⁴⁰.

A igreja também teve papel importante com a atuação na assistência social para com os mais pobres, atuando principalmente nas fazendas, foi bastante comentada, principalmente na arrecadação e distribuição de agasalhos, além do papel evangelizador presente nesses atos com a atuação das juventudes catequizadoras.

Além da inversão dos fundos da assistência na conservação das colônias, a administração se colocou como intermediária na compra de materiais de construção para casas de funcionários interessados a construir na cidade a partir desse fundo, descontando diretamente na folha de pagamento. Essa atuação tem consequências imediatas: libera as casas das colônias dando maior rotatividade a elas, mas também retira trabalhadores e dependentes das lógicas internas em que todos estavam inseridos. Essa dinâmica foi aumentando até o fechamento da usina a partir da concordata em 1990 e o processo de encerramento total das atividades no setor da agroindústria canavieira em 1993.

Nesse sentido, o processo abrupto de esvaziamento das colônias, que começou com a concordata e finalizou com encerramento das atividades em 1994 pode ser visto apenas como uma consequência imediata de um processo que já vinha acontecendo com a construção de casas nas cidades, resultado das mudanças nas dinâmicas de exploração da força de trabalho, do desenvolvimento tecnológico e da luta de classes expressa nas legislações trabalhistas, como aconteceu em outras usinas e colônias.

Esse processo de fechamento da Usina e mudança das casas das colônias foram temas bem sensíveis acompanhados durante a pesquisa e estiveram presentes em todas as conversas. A carga de mudanças locais também foi acompanhada das mudanças nacionais, com o processo de impeachment do Presidente Collor que culminou com sua em 1992. O slogan de final de ano de 1991

⁴⁰ Anexo M – Harmonia e trabalho: Jornal de Pompeia de 5 de maio de 1984 – Ano III – No 111.

‘Invente, Tente, Faça um 92 diferente’ previu e marcou (senão articulou) as transformações de 1992, expressa no depoimento:

P: Fechou em 92, sabe porque, ela [a Usina] mandou todo mundo embora em 92. Porque eu lembro que tinha a eleição do Fernando Collor que falava “faça um 92 diferente”, tinha essa frase. Aí essa frase ficou porque foi um 92 muito diferente. Precisava de ver gente tudo indo embora assim com as coisinha debaixo do braço, muito triste. Gente que nasceu, cresceu, indo tudo embora... ai falava, será que hora é fulano, será que hoje é ciclano. Aí foi passando nas sessões mandava um pouco de uma sessão, um da outra.

A consequência imediata foi o êxodo de mais de duas mil pessoas da zona rural de Oriente, como observado no Gráfico 1 e no Quadro 1. Ademais, a emigração de quase mil pessoas do município e a alocação de cerca de outra mil na zona urbana requisitou um novo loteamento que hoje abriga boa parte dos ex-moradores e ex-trabalhadores da Usina Açucareira Paredão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentado na introdução, o objetivo principal dessa monografia foi analisar as condições de vida e trabalho de ex-moradores/as e ex-trabalhadores/as na Usina Açucareira Paredão localizada em Oriente, centro-oeste paulista, durante sua existência entre 1933 e 1994. A estrutura do texto foi pensada para partir de um contexto histórico mais amplo para focar-se no âmbito local e às suas consequências na vida e no trabalho. Para evitar maiores repetições, focar-se-á em algumas conclusões locais mais específicas.

Ficou evidente no decorrer das linhas, a influência que o colonato das lavouras de café teve na conformação política, social e econômica da região e da Usina.

A continuidade na utilização do pagamento por produção na lavoura, mesmo com tamanhas mudanças na legislação da terra e trabalhista – em partes principalmente por ela que restringiu seu alcance aos trabalhadores locais marginalizando, os *volantes* - e com o desenvolvimento das tecnologias do setor de transporte e do campo, estiveram permeadas pela busca no aumento da produtividade e pela sazonalidade de cana.

A gradual substituição da força de trabalho local pela *volante*, recorrente em várias usinas a partir da segunda metade do século XX, ocorreu na Usina Paredão de maneira mais gradual, acompanhando primeiramente a lotação das casas das colônias principalmente a partir da década de 1980 acompanhada pelas expansões no parque industrial.

A manutenção das colônias próximas ao parque industrial e das colônias da fazenda para abrigar os trabalhadores e moradores, somados ao distanciamento relativo das cidades e às dinâmicas internas da Usina, acabaram contribuindo para a continuidade de algumas relações do colonato na Usina Paredão. Porém, como se argumentou, em realidade, subsistiu uma variação e complementação entre o sistema de colonato e do assalariado puro, por não estabelecer um contrato de colonato estrito no sentido de Stolcke (1986), mas pelo contrato individual aos trabalhadores, que eram acompanhados pelos “dependentes”, sendo subsidiado pelo Estatuto da Lavoura Canavieira e pelo decreto 6969/41 que destinava parte da verba da produção para a assistência social.

A aplicação da verba da assistência social foi a responsável pela manutenção dessa variação de sistemas de trabalho até a década de 1990. Não cabe à conclusão retomar todas as dinâmicas internas percorridas, principalmente no capítulo 3. Destinada à manutenção das casas, ao abastecimento do armazém, da padaria, da farmácia, ao pagamento de médico e dentista e, sobretudo para a realização de atividades internas de lazer com o time de futebol, festas, bailes, de religião, promovendo as atividades da Igreja e da escola, garantindo a materialidade do funcionamento escolar com alimentação, edificação e material escolar. Desta maneira, ao mesmo tempo em que as verbas obrigatórias da assistência social garantiam certas condições de vida e trabalho aos moradores/as e trabalhadores/as, também os sujeitavam às dinâmicas internas da administração.

A aplicação da verba da assistência social no financiamento de materiais para construção de casas para os trabalhadores na cidade foi um passo gradual para o processo de esvaziamento das colônias que vinha acontecendo em todo país, mas que se concretizou de maneira trágica com o encerramento das atividades da Usina em 1993 que por consequência promoveu o êxodo de mais de duas mil pessoas da zona rural de Oriente.

REFERÊNCIAS

- BAUTISTA, José Luis Choquecallo y TEIXEIRA, Rafael Giovanetti: Brasil y Bolivia en perspectiva comparada: análisis de las políticas de reforma agraria y las acciones de los movimientos sociales. P. 184 – 198. In (Org.) ANDRÉ, André Luís e FERRO, Silvia Lilian. **Globalização, Regionalização e as Novas Ruralidades!** 1ª Edição – Brasil. 2017.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.
- BORTOLOTTI, Jaime. **Usina Paredão Futebol Clube**. Botucatu. Editora Fernando Bilah. 2008.
- CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio Bonito - Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2001. Coleção Espírito Crítico.
- CAÍRES, Ângela Cristina Ribeiro. O colonato na Usina Tamoio. In. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas tuteladas de condição camponesa exportadora** (Orgs.) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. São Paulo. Editora UNESP. Volume 1. 2008.
- DURKHEIM, Emilie. **Da divisão social do trabalho**. São Paulo. Editora Martins Fontes. 1999.
- GUANAIS, Juliana Biondi. **Pagamento por produção, intensificação do trabalho e superexploração na agroindústria canavieira brasileira**. Tese (doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas-SP, 2016.
- GUBER, Rosana. **El Salvaje metropolitano – Reconstrucción del conocimiento social y el trabajo de campo**. Buenos Aires. Editora Paidós, 2004.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na "cidade das chaminés"**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora da Universidade de Brasília; CNPq, 1988.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MONBEING, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Segunda edição. São Paulo. Editora Hucitec. Editora Polis.1998.
- NEVES, Delma Pessanha. Formas tuteladas de condição camponesa: colonato e morada na agroindústria. In. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil Formas tuteladas de condição camponesa exportadora** (Orgs.) Delma Pessanha Neves e Maria Aparecida de Moraes Silva. São Paulo. Editora UNESP. Volume 1. 2008.
- PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation

tradicional (1977) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

SAUTU, Ruth. **El método biográfico. La reconstrucción de la sociedad a partir de testimonio de los actores**. Editorial de Belgrado. 1999.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura. Homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ANEXOS

Anexo A: Termo de consentimento livre e esclarecimento

Título da Pesquisa: VIDA E TRABALHO EM PAREDÃO.

Você está sendo convidado a participar desta pesquisa que tem por finalidade analisar as condições de vida e trabalho de moradores e trabalhadores da Usina Paredão durante seu funcionamento. A pesquisa está sendo realizada pelo graduando Rafael Giovanetti Teixeira, integrante do curso de Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) sob a orientação da Profa Dra. Juliana Biondi Guanais.

A sua contribuição se dará através da participação nas entrevistas individuais.

A participação é livre e voluntária. Você poderá se recusar a participar da entrevista ou, mesmo depois de ter concordado, retirar a sua concordância durante a realização da entrevista, caso considere necessário. As entrevistas serão gravadas e os dados serão utilizados para fins de análise e posterior trabalho de conclusão de curso, bem como poderão ser utilizados para fins de publicação científica, ensino e encontros científicos.

Todas as informações fornecidas pelos entrevistados serão tratadas com rigoroso sigilo. Para assegurar o anonimato dos entrevistados, os nomes serão alterados e substituídos por nomes fictícios.

Sempre que quiser, você poderá pedir maiores informações sobre a pesquisa, entrando em contato com o pesquisador através do e-mail rafael.gtt.teixeira@gmail.com ou do telefone (14)996373435.

Tendo em vista os pontos acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto o meu interesse em participar desta pesquisa.

Nome por extenso do entrevistado

Local e Data

Rafael Giovanetti Teixeira

Anexo B – Entrevista Sr. Euclides Jornal Preveccionista. Edição 1. Abril de 1982.

gina 2

82

1

06

04

e a partir de novembro de 1981, o indidentes te acentua ca de Fruto do de todos

fumo

a a liber dos meus o.

ou entre tina, acro tes de ve

levadores, er pessoas resto a mi nha cinza.

s por cen titas vidas alheios.

useabundo tuas mãos, que usares. embora os ue por mi e cardíaco, pulmonar

de viciado, ue para tu paladar de

o, cada dia, grau de es so de um com minha

necessárias tua "impor nita piteira. por que eu tua vontade anças e ado meus adora não darás

o da Cipa

Abril de 1982

PREVECCIONISTA

Página 8

UM POUCO DE CADA UM

Esta é a íntegra da entrevista concedida pelo Sr. Euclides Esmeraldo de Oliveira, à redação do PREVECCIONISTA

1 - Onde o Sr. nasceu ?
— Eu nasci em uma cidade no interior da Bahia chamada Esplanada

2 - Quantos anos tem ?
— 72 anos.

3 - Quando começou a trabalhar na Usina ?
— Comecei a trabalhar aqui em 1927, antes da Usina existir, na ocasião eu tinha 17 anos e a Usina começou a germinar em 1936.

4 - Como era a Usina naquele tempo ?
— Naquele tempo, tudo o que voce está vendo hoje, era tudo floresta.

5 - Qual seu primeiro serviço aqui na Usina ?
— Meu primeiro serviço foi de Fiscal de Derrubada.

6 - Quantas pessoas trabalhavam na derrubada naquele tempo ?
— Mais ou menos 350.

7 - Em que ano o Sr. se casou ?
— Me casei em 1937.

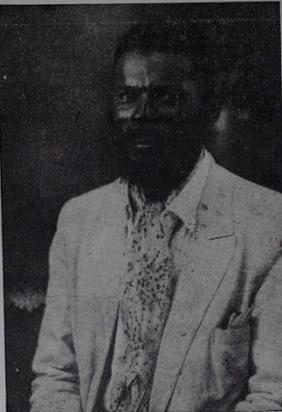
8 - Quantos filhos tem ?
— Tenho 5 filhos.

9 - Como o Sr. veio parar aqui na Usina ?
— Quem me trouxe aqui na Usina foi o destino, apesar de muita gente não acreditar nele.

10 - Se o Sr. tivesse que começar tudo novamente, escolheria a Usina Paredão ?
— Sim escolheria.

11 - Por que ?
— Porque sempre tive bom relacionamento com os meus patrões.

12 - Qual foi seu melhor momento dentro da Usina.
— Foi quando recebi aquela passagem de avião para Salvador.



13 - Qual a fórmula que tem para garantir toda essa juventude ?
— Não beber, não fumar e reagir ao desânimo que quer assediar a pessoa.

14 - Qual a pessoa que o Sr. mais admira no mundo ?
— Eu mesmo.

15 - E qual a 2.a pessoa ?
— Admirava a minha esposa mas faleceu, pois o que ela me dava, eu acho raro encontrar nas pessoas. Ela era tão boa que eu achava que não merecia a bondade dela.

16 - Qual o time que o Sr. torce ?
— Corinthians

17 - Por que o Corinthians ?
— Porque é o único time genuinamente brasileiro, apesar de que eu não tenho preconceitos.

18 - Se não fosse o Corinthians, qual seria o outro time ?
— O São Paulo.

19 - Qual o conselho que o Sr. daria para os jovens de hoje ?
— Não daria nenhum, pois conselho não tem valor, se tivesse, era vendido.

20 - O que acha da problemática das drogas ?
— É uma consequencia da evolução, pois ela é consumida nos grandes centros CIVILIZADOS.

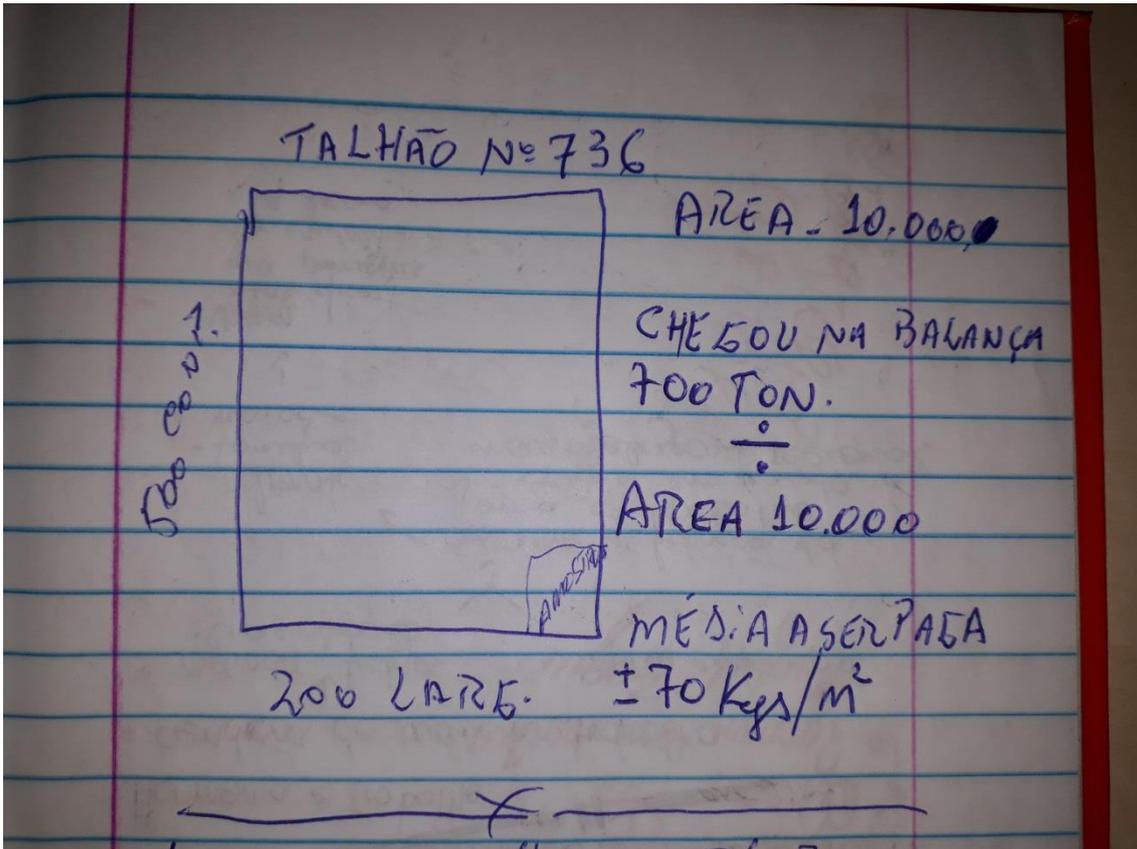
21 - Por que o Sr. conserva essa barba
— Porque ela representa para mim, um ato de Bandeirantismo ou seja, desbravação de florestas.

22 - Fiquei sabendo que o sr. tem muitos livros de Rui Barboza. É verdade ?
— Realmente tenho muitos livros de Rui Barboza, que adquiri, principalmente, por causa do seu português profundo e por seus exemplos morais, tais como:
Quando Rui Barboza regressou da 2.a Conferência Internacional da Paz, em 1908 o Congresso Nacional quis consolidar a aspiração do povo brasileiro pelo êxito da sua vitória sendo como o "Águia de Haia", dando-lhe 5 mil contos de réis. Ele recusou porque não foi representar a dele para ganhar dinheiro, Os amigos apelaram para sua Esposa D. Maria Augusta, que o convencesse a aceitar o brinde e ele lhe respondeu: Ora Maria Augusta, você é a causa de todas as boas ações de minha vida, e vem me fazer um pedido desses Ela ajoelhou-se e pediu perdão para ele.

Todos os números de PREVECCIONISTA, terá essa coluna dedicada a um empregado da Usina, ou da Lavoura.

Aviso aos Leitores
O Preveccionista está aceitando "Colaborações" dos Srs. leitores. As cartas deverão ser entregues a redação desse jornal, aos cuidados do Serviço de Segurança.

Anexo C – Esboço explicativo: remuneração por tonelada.



Anexo D – Turma das 10 toneladas: equipe de elite. Jornal *Prevencionista* edição 68 agosto de 1989.

Página 2

Agosto/89

Prevencionista

Página 3

Destaques do mês de julho de 1989

1) CORTE DE CANA: 106.480 TONELADAS NO MÊS

Dentre os 705 cortadores de cana, os destaques foram os seguintes:

a) Homens: - 1.º lugar: Nelson Silva dos Santos (Turma João de Herculândia), com o total de 404,416 toneladas de cana cortada, atingindo a média diária de 19,258 toneladas.

b) Mulheres: 1.º lugar: Pedrina da Silva (Turma do Élio de Oriente), com o total de 280,794 toneladas de cana cortada, atingindo a média diária de 11,232 toneladas.



Nelson Silva dos Santos



Pedrina da Silva

2) CARREGAMENTO DE CANA:

Dentre os 24 carregadores de cana que trabalharam no mês, o 1.º lugar coube ao carregador Jorge Abreu Luz, com o total de 8.235 toneladas de cana carregadas.

3) TRANSPORTE DE CANA:

No transporte de cana trabalharam 53 motoristas, dentre eles o 1.º lugar ficou para: Aparecido Franciso de Souza (Cidinho), com o total de 3.096 toneladas de cana, com média de 14,82 toneladas por viagem.



Jorge Abreu Luz



Aparecido Franciso de Souza

Turma das 10 toneladas: equipe de elite

De todos os funcionários que a Agropecuária Santa Maria do Guataporanga S/A possui, existe um seleto grupo de 50 funcionários que no mês de julho cortou, em média, mais de 10 toneladas/dia de cana queimada. Esses funcionários colaboram, com sua eficiência, para o bom andamento do corte de cana e melhoraram substancialmente seus salários.

A esses funcionários exemplares, que merecem o nosso respeito, os parabéns de todos os colegas.

São eles: Nelson Silva dos Santos, 19.258 toneladas; Valdemir da Silva, 18.863; Luiz

Henrique Borges da Silva, 18.069; José Borges da Silva Filho, 17.687; Edivaldo Ferreira da Silva, 16.734; Claudécio Gonçalves, 15.911; Douglas Galante de Souza, 15.795; Osvaldir Constantino, 15.774; Antonio da Silva, 14.975; Lucio de Oliveira, 14.970; Hamilton Fernandes dos Santos, 14.624; Sebastião Soares da Silva, 14.327; Elizer Fernandes dos Santos, 13.422; Agnora Leandro dos Santos, 13.420; Jesus da Silva, 13.182; Pedro Macedo, 13.146; Juraci Batista do Nascimento, 13.142; Sérgio da Silva, 12.998; Ludovico Pires de

Araújo, 12.946; José Pingoelo, 12.933; José Manoel de Souza Nascimento, 12.800; José Ferreira de Lima II, 12.699; Aldo Evangelista da Silva, 12.630; Geraldo Antonio Bonfim, 12.516; Mauro Pires Barbosa, 12.429; João Pereira II, 12.414; Arlindo da Graça Zapelo, 12.151; Natalino Cirilo dos Santos, 12.018; Elias Souza Nascimento, 12.000; Paulo Francisco Cavalcanti, 11.728; Francisco Clemente da Silva, 11.636; José Rodrigues Leite, 11.623; José Geraldo Cald. dos Santos, 11.514; Arlindo Marques, 11.390; Francisco Trajano da

Silva, 11.384; João Luiz de Oliveira, 11.361; Cláudio Gonçalves, 11.295; Pedrina da Silva, 11.232; Alcides da Oliveira, 11.213; Dalmar Aparecido Begrami, 11.205; Rubens Lopes de Lima, 11.141; Mauro Pereira da Silva, 11.025; Marluvia Maria da Silva Vidal, 10.991; José Reginaldo da Silva, 10.920; Milton Vicente Ferreira, 10.909; Francisco Regaconi, 10.889; Aparecido Soares da Silva, 10.863; Cicero de Oliveira Silva, 10.833; Jacir Nascimento Filho, 10.814; Bonfim Fernandes dos Santos, 10.811.

30
26
26
29
04
17
14
28
04
12
11
02
24
04
16
27
30
05
12
31
02
12
23
11
17
11
14
10
28
12
05
21
18
10
15
06
29
11
06
22
14
29
14
27
24
5
10
10
16
12
9
6
7

Anexo E – Os destaques do mês de setembro/87. *Previdencionista*. Edição 47, outubro de 1987.

Os destaques do mês de setembro/87

1) Corte de cana

HOMENS:

1.º lugar - Antonio Apolinário de Oliveira (Turma do Ello) 364,651 Toneladas. Média diária de 15,194 Toneladas. Ganho Total no mês: Cz\$ 15.870,57
 - Fernando Gomes da Silva (Turma do Ello) 364,651 Toneladas. Média diária de 15,194 Toneladas. Ganho Total no mês Cz\$ 15.870,57

MULHERES:

1.º lugar - Benedita Martins da Silva (Turma do Ello) 272,389 Toneladas. Média diária de 11,349 Toneladas. Ganho Total no mês Cz\$ 12.407,79

2) Carregamento de cana

(Operadores de Carregadeiras)
 1.º lugar - Jovelino José dos Santos - 7.815 Toneladas. Ganho Total no mês: Cz\$ 15.971,33

3) Transporte de cana

a) Transporte próprio

1.º lugar: Aparecido Francisco de Souza (Cidinho) 195 viagens - 2.895,28 Toneladas. Ganho total no mês: Cz\$ 32.293,00

b) Transporte particular

1.º lugar: Eduardo Sato (motorista: Ricardo) 127 viagens - 1.892,95 Toneladas. Ganho total no mês Cz\$ 69.225,00

4) Produção industrial

Até o dia 30/09/1987 o desempenho Industrial foi o seguinte:
 Cana Moída: 249.696 Toneladas
 Açúcar Produzido: 180.970 Sacas
 Alcool Hidratado: 12.064.890 litros
 O desempenho individual das duplas de encarregados e das Turmas até o dia 30/09/1987, medido em termos de Açúcar Total Produzido (conversão de todo o Alcool produzido para Açúcar, mais o açúcar direto produzido) foi o seguinte:

Duplas de encarregados

1.º lugar: Lázaro Dino Viana / Nivaldo Andrade - 139.296 Sacas
 2.º lugar: Jerônimo P. Gonçalves/José Gelego - 132.170 Sacas
 3.º lugar: João Pereira/Adelino Felix Costa - 125.177 Sacas
 4.º lugar: Liberto de Campos / João B. Ricardo - 124.917 Sacas

TURMAS

Turma D: 132.696 Sacas Açúcar
 Turma C: 131.114 Sacas Açúcar
 Turma B: 130.727 Sacas Açúcar
 Turma A: 127.024 Sacas Açúcar



1.º lugar - Corte de Cana
 Antonio Apolinário de Oliveira Fernando Gomes da Silva



1.º lugar mulheres - Corte de Cana
 Benedita Martins da Silva

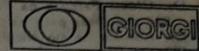


Carregamento de Cana
 1.º lugar: Jovelino José dos Santos

Anexo F – Autopromoção e busca para melhora própria nas técnicas do corte de cana *Prevencionista*. Edição 48. Novembro de 1987.

PREVENционISTA

Orgão Informativo da Usina Paredão



Ano V

Novembro/1987

N.º 48

O Purgatório

O mês de novembro é consagrada às almas do Purgatório. Almas daquelas pessoas que morreram sem pecado grave, mas com faltas leves, pequenas manchas e imperfeições e que, portanto não puderam gozar logo da companhia do mesmo Deus no céu. Essas almas benditas não têm mais possibilidade de merecer para elas mesmas, pois o seu tempo terminou. Os restos dos pecados impõem penas muitas, um «imposto de renda» do capital, pecado, já perdido, já saldado. São as penas temporais a serem pagas aqui na terra ou lá... Onde está localizado o Purgatório? O Purgatório não é um lugar. É uma situação, uma ausência com uma certeza da Presença, Deus. O Purgatório não é fogo. É uma expressão bíblico-teológica para indicar purificação, purgação. Nossos defuntos estão no fogo do amor de Deus. Eles estão se purificando no fogo do amor de Deus até que possam entrar na plena posse do Reino de Deus.

Que diz a Bíblia sobre o Purgatório? «Tendo feito uma coleta, mandou doze mil dracmas de prata a Jerusalém para serem oferecidas em sacrifício pelos pecados dos mortos... porque ele considerava que

as que tinham falecido com piedade estava reservada uma grande misericórdia. E, pois, é um santo e salutar pensamento orar pelos mortos para que sejam livres dos seus pecados» 2.º livro de Macabeus, 12, 41-46.

Assim, tem sentido rezar pelas almas do Purgatório. Não é que vamos eximi-las do processo de purificação. Mas só pedimos a Deus que Ele acelere o processo de amadurecimento pelo fogo do seu Amor para chegar ao Absoluto. Ele mesmo e coabitar com Ele no Reino do Céu. Assim é possível abreviar o Purgatório dos nossos irmãos. Mas, o mais prático para nós e meritório será antecipar o Purgatório aqui na Terra. Amadureçamos a nossa Vida Eterna através dos sofrimentos, frustrações e crises que a vida nos traz. É então o nosso Purgatório da vida. O nosso Purgatório da vida com seus sofrimentos, dentro do Plano de Deus, deve ser assumido com Fé, Esperança e Amor, na coerência do Evangelho vivido concretamente.

Em resumo: a própria vida, com todas, as suas vicissitudes, aceita e vivida cotidianamente por amor a Deus, é o melhor e o mais garantido Purgatório.

— Pe. Maurício Pilon —

«Ponto de Vista»

Lendo a seção «PONTO DE VISTA» de Rubismar Stolf na Revista Álcool & Açúcar n.º 34 de Maio/Junho, sugeriu-nos transportar a idéia para a nossa Realidade, pois, também, precisamos melhorar a produtividade no corte manual da cana de Açúcar.

Segundo (estimativa do Planal-sucar, apenas 4% da cana do Estado de São Paulo - Safra de 84), é colhida mecanicamente, e o custo do corte manual é cada vez mais alto. Se a grande estratégia é parar-nos para as máquinas: tam-bém chegou o momento de se melhorar o desempenho dos cortadores dentro da realidade de que, a curto prazo, mais de 90% da área de cana ainda dependerá deles.

Quando se verifica que, as melhores cortam mais de 12 toneladas/cana/dia, o dobro, (alguns cortam até quase o triplo da média do ano passado que foi de 6,05 t/cana/dia, que já foi inferior em 8,2% em relação a média da safra 85/86), e, estes têm dotes físicos comuns, às vezes mulheres, deduz-se que algo pode ser mudado: a grande variabilidade acima da média indica que a produtividade média dos nossos cortadores 5-6 t/cana/dia, tem-se apresentado anormalmente baixa.

Quando desejamos que um funcionário aprenda algo, escolhemos um excelente profissional para orientá-lo. Quando um operário aprende a cortar cana, é com uma pessoa que corta 5-6 t/cana/dia. Apenas poucos se autopromovem, atingindo médias mais elevadas.

Sem ser o único problema, é bem provável que muitos trabalhadores cortem, por exemplo, 4 t/cana/dia, simplesmente por não sabermos como cortar 8. Se antes o rendimento era de este resse apenas de quem oferecia o serviço, hoje, com a falta de mão-de-obra, é objetivo de todos.

Um campeão de corte e um

(conclui na 1.ª página)

Atenção srs. pais

Ao chegar o verão nos encontramos diante do grande problema da desidratação, que atinge as crianças com mais intensidade e frequência. Os vômitos, diarreias, que não sejam medicadas no início, podem levar a consequências drásticas.

Em nosso ambulatório e farmácias, dispomos do sal para reidratação oral, o popular sorinho, fabricado a partir de fórmula da organização mundial de saúde e da UNICEF.

Este reidratante resolve a grande maioria dos casos, impedindo a desidratação e criando condições para que a criança recupere-se prontamente.

Devemos sempre lembrar de manter as crianças à vontade, com roupas leves, oferecendo bastante líquido (principalmente água filtrada ou fervida à vontade).

Ao menor sinal de diarreia ou vômito, procurar o serviço médico para a hidratação imediata, adequada e sadia.

Anexo G – Continuação: Autopromoção e busca para melhora própria nas técnicas do corte de cana Prevencionista. Edição 48. Novembro de 1987.

«Ponto de Vista»

(conclusão da 1a. página)

instrutor poderiam compor uma equipe de orientação para motivação e aperfeiçoamento de mão-de-obra, dando mini-cursos nos próprios talhões de colheita, sem alterar a rotina do trabalhador.

Por sermos humanos, subestimamos a complexidade da operação e quanto podemos melhorar na relação tempo-movimento. Enquanto isso, os «FACÕES DE OURO» (em nosso meio temos vários, entre eles, os operários Everaldo de Brito, Benedita Martins da Silva, Sebastião Caetano, Pedrina da Silva e Antonio Apolinário Oliveira), que foram destaques dos meses junho a Outubro da corrente Safra e, registrados pelo nosso PREVENCIONISTA .

Rubismar Stolf é Pesquisador Chefe da Seção de Mecanização da Coordenadoria Regional Sul do Panalsucar, Araras - SP .

Anexo H – Visita à Usina: Jornal Prevencionista. Edição 39. Dezembro de 1986.

do «Torneio de Pesca» da Usina Paredão



Edson Amorim fez a entrega do Molinete completo à dupla Paulo Silvano Rosa e Pedro Peres, vencedores da prova «Maior quantidade de peixes»



Zeão entregando o prêmio à dupla do «maior peixe»: Mário Peres e Cláudio Amorozias

« A Usina em revista »

Estava um dia muito bonito, de muito sol. Todos na classe estavam alegres porque iriam fazer uma visita à Usina Açúcar Paredão.

Chegada a hora, assim da Escola e fomos comentando pelo caminho o que iríamos conhecer. Apesar de morarmos aqui, a gente ainda não conhecia a Usina por dentro.

Quando chegamos à Portaria tivemos que colocar um capacete na cabeça, porque sem capacete não entra. É para evitar acidentes. Alguma coisa pode cair na nossa cabeça e estando com capacete é mais seguro. Lá na Usina tem capacidade de várias cores, o amarelo é para os visitantes.

Foram mandados para acompanhar o grupo de alunos e alguns professores, dois rapazes que foram explicando como as coisas funcionam lá dentro.

Quando entramos, a primeira coisa que vimos foi a moenda. Ela funciona assim: a cana é retirada do caminhão pelo guindaste para a moenda. A moenda lava a cana e a cana já limpa cai numa esteira. Logo na frente tem uma roda com um monte de facas chamada pi-

cadeira que tritura a cana. A cana triturada sai em forma de bagacinhos amarelos e que, por sinal, tem um cheiro bem desagradável. O nosso guia disse que estes bagaços servem para fazer tanques e brasilites. A moenda é tocada apenas pelo vapor. É uma queimadura que só vende! Parece o inferno, de quente.

Também fomos ver a parte da fabricação onde fica a garrafa. Lá separam o melado rico do pobre. O melado rico é encaminhado para a turbina e transformado em açúcar. O melado pobre vai para a destilação onde é transformado em álcool.

Achei incrível a decantação da água da lavagem da cana! Ela corre em círculo para ser usada diversas vezes, até ser dispensada para sofrer o processo da decantação para a água ser reaproveitada.

Aquele resíduo escuro chamado vinhoto é levado para as plantações de cana e espalhado, pois é um excelente adubo. Tudo é aproveitado.

Próximo ao laboratório conheci um aparelho centrifugador que serve para acelerar a decantação da água.

Subimos uma escada grande e, lá em cima, o chão é cheio de quadradinhos e quando eu olhava para baixo ficava com medo de cair. Lá em cima ficava a caldeira que é uma espécie de forno. Ela é usada para queimar o bagaço e produzir o vapor. O açúcar é feito assim: o melado da cana é colocado num tambor que parece uma panela de pressão; depois ele é posto numa esteira que leva o açúcar para embranquear.

Fiquei conhecendo o laboratório químico e vi o funcionamento de diversos aparelhos de análise como o polarímetro e, pela primeira vez vi a célula do fermento que produz o álcool.

Já de volta vimos a balança onde pesam os caminhões carregados de cana. Os funilários marcam num cartãozinho as toneladas de cana que deu e no fim do mês sai o nome do motorista e a quantidade de cana transportada no jornal.

Depois entregamos os capacetes no almoxarifado e viemos de volta à escola.

Eu achei fantástico conhecer a Usina.

aluna: Leila Cristina Venâncio - 6.a A

Anexo I – Holerite trabalhador das oficinas.

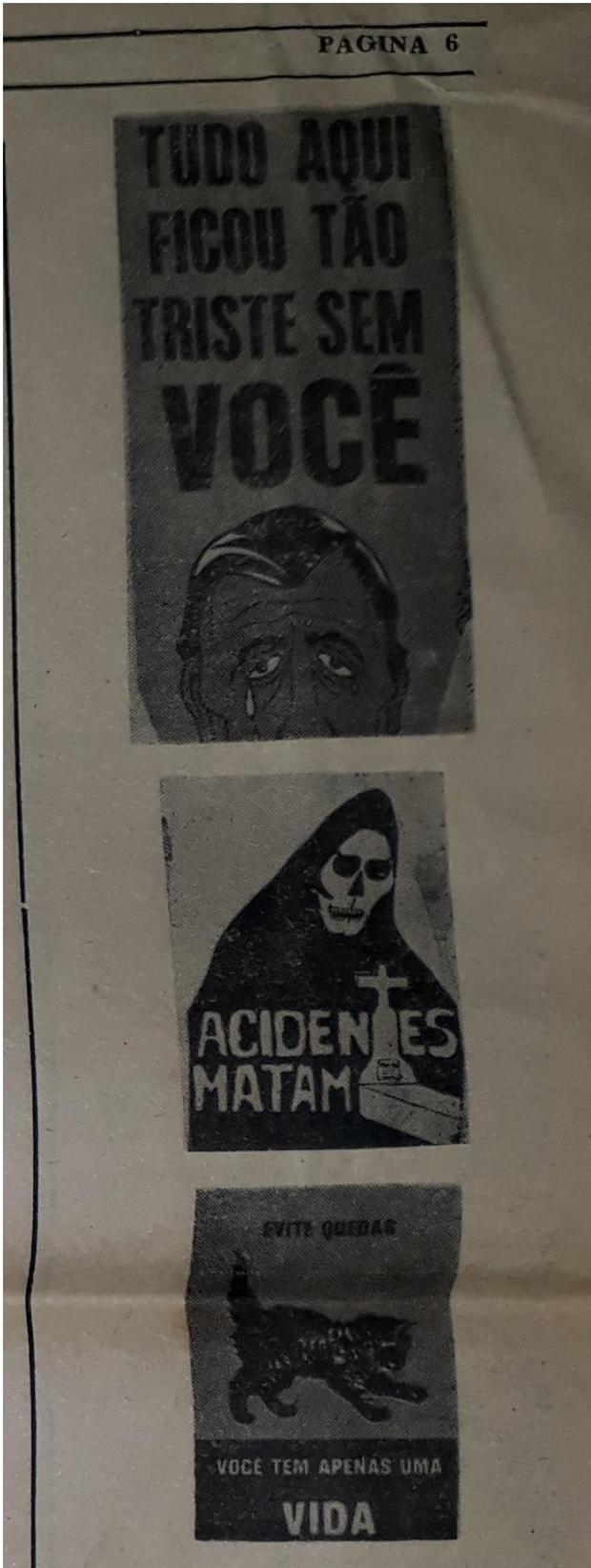
USINA ACUCAREIRA PAREDAO S/A			FEVEREIRO/85	
IDENTIFICAÇÃO	NOME DO FUNCIONARIO	SALARIO - BASE		
		3.460		
COD	HISTORICO	REFERENCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
021	HOR. NORMAIS (I)	184,00	636.640	
081	D.S.R.	40,00	138.400	
502	I.A.P.A.S. (C)			67.816
561	ADIANTAMENTO (I)			107.000
571	MENS. SINDIC. (I)			4.000
641	SEGUR. GENERALI			317
731	FARMACIA			9.530
751	OUTR. DESCONTOS			7.765
771	ALUGUEL			500
781	MERCADORIAS			241.172
<i>100000,00</i>				
			<i>Hora - Extra =></i>	<i>106.395</i>
O VALOR CORRESPONDENTE FOI DEPOSITADO NO			TOTAL DE PROVENTOS	TOTAL DE DESCONTOS
BANCO:			775.040	442.400
AGENCIA:			F. G. T. S.	LIQUIDO A RECEBER
BANCO BRAS. DESCONTOS S/A			62.003	332.640
ORIENTE				
*** SE A CRISE O PERTURBA , TIRE O "3", CRIE.***				

Anexo J – Visão aérea Usina Paredão em outubro de 1980.



Fonte: foto cedida por ex-trabalhador durante trabalho de campo.

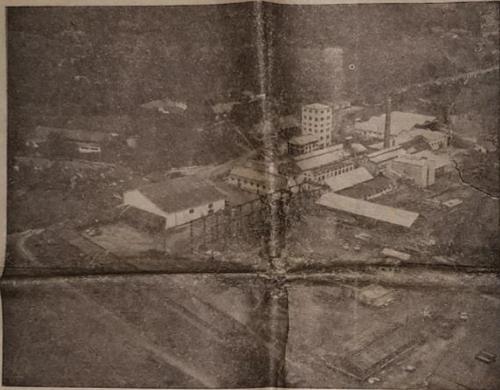
Anexo K – Charges prevenção de acidentes Jornal *Prevencionista*. Edição 11. Dezembro de 1983/Janeiro de 1984.



Anexo M – Harmonia e trabalho: Jornal de Pompeia de 5 de maio de 1984 – Ano III – No 111.

POMPEIA

Paredão: exemplo de harmonia e trabalho



Quando dois campos se conjugam em esforços e entendimento, somente, pode resultar em benefício para o todo. É o caso de há muito registrado na Usina Paredão, fruto de atenções recíprocas entre dirigentes e dirigidos, destacando-se sobremaneira o respeito à pessoa humana que resulta num franco e leal entendimento mútuo.

Disso tudo resulta o bem-estar para os assalariados que, por sua vez, praticamente sem problemas, com alegria e disposição fazem mover o respeitável complexo usineiro em todos os ângulos de trabalho, redundando em movimentação de riquezas e garantindo tanto a parceriões como a continuidade firme de oferta de trabalho remunerado.

Desse a sinfonia harmônica que sempre seguiu o mesmo diapasão, face ao reconhecimento ao suor derramado pelos trabalhadores em geral dentro das fronteiras da Usina Paredão, cuja bandeira sempre esteve desfraldada em busca do bem

comum, numa tentativa acertada de se propiciar algo que chega a anteceder a quanto conhecem as atividades dentro daquelas fronteiras.

Uma demonstração do que acima expomos mais uma vez ficou patenteada no último 1.º de Maio, quando empregados e empregadores se abraçaram em comemorações as mais saudáveis, num cântico de louvor ao trabalho, numa confraternização que eleva aos Céus a glorificação do sucesso notável alcançado na disciplinação das coisas em torno do labor, da produção, do reconhecimento e da boa vontade em alçar-se o bom entendimento, ressaltando-se — frizmos — o respeito aos direitos de cada um e sobressaindo-se o respeito à pessoa humana.

O que lastimamos é que, em poucas empresas existe tamanha afinidade em busca da felicidade do todo: paz social; assistência a todos os lares; boas moradas; pluralidade em motivações de diversão, quer no campo social quer no cam-

po esportivo.

Na maior parte das comemorações ao Dia do Trabalho, por esse Brasil afora, cinge-se, mais, ao fator feriado do que propriamente ao significado da grande e manifesta data. Isso porque o operário bem ou mal remunerado não tem merecido as atenções necessárias por parte de seus patrões, o que deixa margem às tristíssimas comemorações, pois sem vida e sem reflexos benéficos.

Infelizmente é uma realidade bastante triste de simples jogos de interesses, sem quaisquer vínculos de simpatia entre empregados e dirigentes, tal a frieza com que os modestos operários sempre foram tratados, num distanciamento cruel e que deixa à mostra que o fator humanismo ainda permanece distante de muitos seres humanos, longe, portanto, dos elevados ensinamentos do cristianismo.

Diante do antagonismo existente na empresa Usina Paredão, comparavelmente ao que se passa em outras empresas, é que, com especial satisfação, parabenzamos dirigentes e dirigidos dessa importante organização orientense, pelo acerto com que se conduziram, fazendo resplandecer ensinamentos magníficos para serem seguidos.

O trabalho é uma sinfonia de oração que se eleva aos Céus em cambiantes raiadas de paz e enlevo, do prazer do cumprimento das obrigações e da certeza de que esses esforços jamais esmorecerão face à sinceridade de princípios que os norteiam. O reconhecimento a esse mesmo trabalho faz descer aos Céus efúvios cristicos sacrosantos, que são fartas bênçãos que resultam em paz e amor.

Nossos melhores cumprimentos a empregados e dirigentes da Usina Paredão, pela paz social que souberam construir.